

# Histórias que vi, vivi e ouvi

---

50 casos selecionados  
para refletir ou se divertir



Francisco Maia Neto

## Índice

Apresentação.....	8
1. Fama de rico.....	11
2. José Maria e Maria José.....	14
3. Calça nova do velho político.....	17
4. Não vai ficar assim... ..	20
5. O fato e a versão do fato.....	22
6. O jovem pai pego de surpresa.....	25
7. Morreu para você, filho ingrato.....	27
8. Um governo a luz do dia.....	30
9. De pai para filho, uma lição de vida.....	33
10. As safras do vinho Romaneé-Conti.....	37
11. O sermão do padre na Semana Santa.....	40
12. A máquina infalível de matar formigas.....	44
13. O convite para ser bispo.....	47
14. Não marque data, pois ela chega.....	50
15. Jovem demais para o cargo.....	53
16. O discurso de improviso.....	56
17. O gado saiu do pasto e foi para a cabeça.....	59
18. Repita seu nome baixinho.....	62
19. O grande “jurista” italiano.....	65
20. O que sobrar a gente joga para os cachorros.....	68
21. Não li e não gostei.....	71

22. Renúncia é um ato unilateral de vontade.....	74
23. Traga um amigo, se tiver .....	77
24. A oferta pelo imóvel do compadre.....	80
25. As palestras biquini e espada .....	83
26. A frase proibida em véspera de eleição.....	86
27. O advogado que era “funcionário” de um renomado escritório de advocacia.....	89
28. O laudo de avaliação que não considerou o amor .....	93
29. A viagem dos solteiros que foi parar no Fantástico.....	97
30. A forma correta de se fazer um discurso.....	101
31. O resto e os demais.....	104
32. O melhor vinho já degustado .....	107
33. O lema do puxa-saco .....	111
34. O hambúrguer e o bife .....	114
35. Parente e dor de dente .....	117
36. A astúcia na permuta de imóvel .....	120
37. A mala comprada na loja de minha avó.....	123
38. O compromisso com o erro .....	126
39. Os rins e a grama .....	129
40. Ser ou não ser ministro.....	132
41. A semelhança entre mineração, gestação e eleição.....	135
42. A definição de formalista .....	138
43. Um aliado em cada quarteirão .....	141

44. Advogar em causa própria .....	144
45. A certeza da maternidade .....	147
46. A morte e os impostos.....	150
47. A sina do sogro rico .....	153
48. A conta dividida entre os três amigos .....	155
49. Churchill e o álcool.....	158
50. A vantagem da velhice .....	161



## FRANCISCOMAIANETO

Nascido na cidade de Juiz de Fora/MG, em 30 de março de 1960, é filho do Desembargador Ayrton Maia (falecido em 2006) e Laura Guedes Maia (falecida em 2015), casado com Patrícia Moreira Reis Maia, com quem tem dois filhos, Luis Fellipe, Advogado com MBA em Finanças, casado com Priscila, médica, e Roberta, Administradora de Empresas, casada com Cássio, Economista, e três netos, Enrico, Paola e Ayrton.

Graduou-se em Engenharia Civil e Direito, ambos na Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-graduação em Engenharia Econômica, na Fundação Dom Cabral, onde é professor convidado, e Engenharia de Avaliações e Perícias, na PUC/MG.

Ex-presidente do IBAPE/MG (1988–1992) e do IBAPE Nacional (2003), foi vice-presidente do CREA/MG (1992–1993). Na Ordem dos Advogados do Brasil, foi conselheiro seccional em Minas Gerais (2010–2015) e presidiu a Comissão de Direito da Construção (2011–2015), a

Comissão de Arbitragem (2016–2018 e 2025–2027) e a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem (2022–2024). Na OAB Nacional, foi Secretário-geral da Comissão Especial de Arbitragem (2016–2019) e é Vice-presidente da Comissão Especial de Dispute Board (2025–2028).

No âmbito institucional, é atual Presidente da Comissão de Arbitragem, Mediação e Dispute Board do IBRADIM (2020–2027), preside o CONJUR-SINDUSCON/MG (2025–2026) e integra o CONJUR da CBIC (2024–2027). No setor empresarial, foi Vice-presidente Jurídico do CMI-SECOVI/MG (2012–2018).

Participou, em 2013, da Comissão de Juristas para a reforma da Lei de Arbitragem e criação da Lei de Mediação, no Senado Federal, e a Comissão de Especialistas para discutir o Marco Legal da Mediação e Conciliação no Brasil, no Ministério da Justiça. Integra listas de árbitros de diversas câmaras arbitrais em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Distrito Federal.

Suas atividades profissionais concentram-se na Precisão Consultoria – Avaliações, Perícias e Arbitragens e Francisco Maia – Advocacia e Consultoria Jurídica, atuando ainda no mercado imobiliário e como empresário rural no setor cafeeiro.

É cidadão honorário de Belo Horizonte e Três Pontas e recebeu diversas condecorações, tais como, do Governo do Estado de Minas Gerais (Medalhas Santos Dumont, Inconfidência e Juscelino Kubistchek), Tribunal de Justiça de MG, Câmara Municipal de BH, OAB/MG, OAB/Juiz de Fora, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, CONFEA, CREA/MG, IBAPE/MG, IBAPE Nacional e Associação dos Ex-alunos da Escola de Engenharia da UFMG.

Autor de livros e artigos técnicos sobre avaliação, perícia, mediação, arbitragem, dispute board, construção e mercado imobiliário, e ministra palestras e aulas sobre estes temas. Possui ampla experiência em arbitragem, dispute board e perícia técnica em contratos de infraestrutura, construção e mercado imobiliário, dedicando-se ao ensino e à difusão das melhores práticas em engenharia legal e resolução de disputas.

## Apresentação

Ao longo da vida todos nós acumulamos histórias. Algumas passam rapidamente, quase sem deixar marcas, outras permanecem vivas na memória, carregadas de divertidas lembranças, de curiosidades e, muitas vezes, de reflexões que ajudam a compreender melhor as pessoas e o mundo ao nosso redor. Este livro nasce exatamente desse conjunto de lembranças.

Ao completar 66 anos, senti que havia chegado o momento de registrar em texto muitos episódios que presenciei, ouvi ou vivi ao longo de minha trajetória pessoal e profissional. São relatos que surgiram em diferentes ambientes, na vida familiar, no exercício da engenharia, na atividade jurídica, na convivência com amigos e colegas, e que, de alguma forma, deixaram lições que mereciam ser preservadas. Reunidos aqui, formam um mosaico de experiências que atravessam décadas e contextos distintos.

As histórias apresentadas nestas páginas não pretendem ser extraordinárias, pelo contrário, muitas delas nasceram de situações simples do cotidiano. Algumas têm um caráter mais leve ou até anedótico, outras carregam reflexões que, acredito, podem contribuir para a construção de ideias, valores e atitudes diante da vida. Todas, porém, foram escolhidas porque revelam algo que, em algum momento, me pareceu digno de ser lembrado.

Procurei sempre contextualizar os fatos dentro das circunstâncias em que ocorreram. Em alguns casos, optei por omitir nomes, quando entendi que não havia necessidade de identificá-los. Em outros, mantive as referências originais, justamente para preservar a autenticidade das histórias e das fontes que as inspiraram. Em nenhuma delas há a intenção

de expor ou constranger pessoas, pois o propósito é apenas compartilhar experiências e registrar situações que, de algum modo, contribuíram para minha formação.

Assim surgiu ***Histórias que vi, vivi e ouvi***, que é mais do que um simples conjunto de memórias, mas uma tentativa de reunir episódios que, cada um à sua maneira, carregam pequenas lições sobre escolhas, convivência e responsabilidade. Se essas narrativas despertarem no leitor alguma lembrança, um sorriso ou mesmo uma reflexão, já terão cumprido plenamente sua finalidade.

Belo Horizonte, março de 2026.

1



Fama de rico

## *1. Fama de rico*

Os amigos, embora mantivessem entre si um relacionamento informal e antigo, estavam reunidos para iniciar uma conversa de caráter profissional e comercial. Como quase sempre acontece nessas ocasiões, antes de entrar propriamente nos assuntos da pauta, a conversa correu solta. Falaram de viagem, de compromissos paralelos, de negócios do campo, de investimentos e de outras trivialidades que surgem naturalmente quando há afinidade, história em comum e confiança mútua.

Em meio a esse bate-papo inicial, um deles, sem cerimônia e talvez até com certa admiração, comentou que um dos presentes havia enriquecido bastante, que estava “muito rico”. A reação foi imediata. O alvo do comentário fechou-se em copas, fez questão de negar, minimizou a observação e tratou de afastar qualquer ideia de ostentação. Disse que não era bem assim, que a situação não era exatamente aquela, tentando demonstrar modéstia e, talvez, evitar constrangimentos.

Foi então que um terceiro, observador atento e dono de uma sabedoria simples, mas afiada, resolveu intervir. Olhou para os dois, com a tranquilidade de quem já tinha visto muita coisa na vida, e soltou, com naturalidade quase solene:

***“Na minha terra, aprendi que fama de rico, viril e valente é coisa que não se desmente.”***

A frase caiu como uma luva. Por um instante houve silêncio, seguido de risadas francas, que quebraram qualquer tensão restante. Não

era apenas uma tirada espirituosa, mas uma síntese perfeita da percepção popular sobre a vaidade, a reputação e, sobretudo, sobre a delicadeza que sempre envolve o tema da riqueza.

Entre risos, a reunião finalmente começou, mas aquela observação ficou no ar, lembrando a todos que, muitas vezes, a sabedoria mais certa não vem dos livros nem dos relatórios, mas das expressões simples, herdadas da convivência e do senso comum bem-humorado.

# 2



**José Maria e Maria José**

## *2. José Maria e Maria José*

O cenário era o início dos anos 1980, e o palco, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, carinhosamente conhecida por seus alunos e ex-alunos como a Vetusta Casa de Afonso Pena. Eram outros tempos, com costumes que hoje soam quase impensáveis, salas de aula fechadas, provas solenes e, como detalhe curioso da época, professores e alunos fumando tranquilamente durante as aulas.

Naquela manhã, seria aplicada uma prova de Direito Penal. Os alunos já estavam acomodados em seus lugares, o ambiente carregado daquela mistura típica de tensão, expectativa e resignação que antecede qualquer avaliação. O professor entrou em sala com certo ar solene, distribuiu as provas com calma e, enquanto caminhava entre as carteiras, mantinha o cigarro aceso, soltando a fumaça lentamente, como se aquilo fizesse parte do ritual acadêmico.

Quando as folhas já estavam sobre as mesas, um dos alunos levantou a mão. O professor parou, olhou para ele com uma expressão quase irônica e perguntou, de forma direta:

Qual é a dúvida?

O estudante, com a tranquilidade de quem ainda não havia sido engolido pelo nervosismo da prova, perguntou se poderia responder às questões fora da ordem em que estavam apresentadas. O professor, então, levou o cigarro à boca, puxou uma longa tragada, soltou a fumaça no ar e fixou o olhar no aluno antes de responder, com didatismo e certa superioridade:

Será que você não aprendeu no colégio que a ordem dos fatores não altera o produto?

O que veio a seguir aconteceu em fração de segundos. Sem hesitar, o estudante respondeu, com rapidez impressionante e uma dose generosa de irreverência:

***“Depende, professor. Dormir com José Maria não é a mesma coisa que dormir com Maria José.”***

Por alguns instantes, a sala ficou suspensa no tempo. Em seguida, explodiu em gargalhadas. Riso alto, riso nervoso, riso cúmplice. A prova, por pouco, não aconteceu. O professor precisou de alguns minutos para recuperar o controle da turma, e o episódio passou a circular pelos corredores da faculdade como mais um daqueles casos que só o ambiente universitário, especialmente o da icônica Faculdade de Direito da UFMG, seria capaz de produzir.

Não era apenas uma resposta espirituosa, mas um retrato fiel de uma época em que o debate, a ousadia intelectual e o humor conviviam, muitas vezes, no mesmo espaço, mesmo às vésperas de aplicação de uma prova.

3



**Calça nova do velho político**

### *3. Calça nova do velho político*

Nos idos dos anos 1960, havia no Brasil um político que se tornara nacionalmente conhecido por um lema curioso e contraditório, repetido à exaustão pelo imaginário popular: “rouba, mas faz”. A expressão sintetizava, de forma irônica, a percepção de que, apesar das realizações administrativas, sua trajetória era cercada por acusações persistentes de corrupção e de enriquecimento por meio de propinas e favorecimentos de terceiros.

Conta-se que, em uma dessas ocasiões, durante um comício no interior do Estado de São Paulo, onde exercera o cargo de governador, o ambiente estava carregado por esse clima de desconfiança que já circulava amplamente pelo país. Discursando com veemência, talvez incomodado pelas críticas recorrentes, o político resolveu enfrentar o tema de forma direta e, em dado momento, bradou em alto e bom som, apontando para sua calça:

***“Neste bolso nunca entrou dinheiro roubado!”***

A declaração ecoou pelo palanque e pela praça, numa tentativa clara de afirmar publicamente sua honestidade. O silêncio, porém, durou pouco. Da plateia, um gaiato bem posicionado, com a sagacidade típica do humor popular, respondeu em voz igualmente alta, repetindo em tom provocador:

***“Calça nova! Calça nova! Calça nova!”***

A reação foi imediata. Risos, murmúrios e comentários atravessaram o público, desmontando qualquer solenidade que ainda

restasse ao discurso. O episódio, pela rapidez da resposta e pela ironia certa, acabou entrando para o anedotário político nacional, como mais um retrato da capacidade do povo de sintetizar, em poucas palavras, percepções que discursos inteiros não conseguem apagar.

4



**Não vai ficar assim...**

## *4. Não vai ficar assim...*

Nos idos da década de 1950, na cidade de Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais, era intenso o movimento de pedestres em duas de suas ruas mais centrais, a Rua Marechal Deodoro, em menor escala, e, sobretudo, a Rua Halfeld, sempre tomada por gente indo e vindo ao longo do dia.

Foi em uma dessas ocasiões que dois cidadãos, que já alimentavam antiga rixa, se avistaram à distância. À medida que se aproximavam, a tensão foi crescendo até que, sem muito esforço, a discussão começou. As palavras logo deram lugar às vias de fato, e um deles, tomado pelo ímpeto, avançou sobre o outro e lhe desferiu um golpe.

Como havia muitas pessoas por perto, o tumulto não durou muito. Rapidamente alguns populares intervieram, separaram os envolvidos e seguraram os ânimos antes que a situação se agravasse. Ainda assim, visivelmente alterado e sentindo o impacto da agressão, aquele que havia recebido o golpe gritou, em tom de ameaça:

***“Isso não vai ficar assim!”***

Foi quando um espectador atento, dono de um humor rápido e desarmante, respondeu de imediato, com absoluta naturalidade:

***“Não, pois isso vai inchar.”***

A observação inesperada caiu como uma luva. A tensão se dissolveu em gargalhadas gerais, o clima se desarmou, e o que poderia ter terminado em algo mais sério acabou apaziguado pela sagacidade popular, provando mais uma vez que, em Minas, muitas brigas se resolvem antes pelo espírito do que pela força.

# 5



**O fato e a versão do fato**

## 5. *O fato e a versão do fato*

Minas Gerais sempre foi pródiga em produzir políticos astutos, muitos deles conhecidos, não por acaso, pelo apelido de raposas. A sagacidade, a ironia fina e o gosto pela boa frase sempre fizeram parte do repertório da política mineira. Foi justamente em uma dessas situações que se insere um episódio atribuído a dois de seus nomes mais emblemáticos, Gustavo Capanema e José Maria Alkmin.

Conta-se que, ao se encontrarem casualmente no aeroporto, Gustavo Capanema, que foi Ministro da Educação e figura consagrada pela inteligência e erudição, dirigiu-se ao vice-presidente José Maria Alkmin com uma observação direta, mas carregada de ironia, dizendo que este era realmente muito esperto.

Diante da curiosidade do interlocutor, Capanema prosseguiu. Disse que, recentemente, estivera com uma pessoa que citara uma frase famosa, criada por ele próprio, mas que atribuía a autoria justamente a José Maria Alkmin. Tratava-se da conhecida máxima segundo a qual “o que vale não é o fato, mas a versão do fato”.

José Maria Alkmin ouviu com atenção, sem se mostrar surpreso ou incomodado. Pelo contrário, teria retrucado de imediato, com gentileza, serenidade e aquela elegância típica dos grandes mineiros, devolvendo a provocação com precisão cirúrgica, dando total razão a Capanema, e afirmando que este episódio comprova, na prática, a exatidão da frase por ele criada, pois afinal:

***“O que valeu não foi o fato, mas a versão do fato.”***

A resposta, ao mesmo tempo respeitosa e espirituosa, encerrava a conversa com perfeição. Mais do que uma réplica bem-humorada, era a demonstração viva de como, na política e na vida pública, muitas vezes a narrativa se impõe à realidade, e de como Minas sempre soube produzir mestres nesse delicado jogo das palavras.



**O jovem pai  
pego de surpresa**

## *6. O jovem pai pego de surpresa*

Na mesma linha das histórias envolvendo políticos mineiros, e ainda tendo como personagem o inesquecível José Maria Alkmin, conta-se um episódio que ilustra bem sua rapidez de raciocínio e ironia serena.

Em uma de suas visitas às bases políticas, percorrendo cidades e encontrando correligionários, José Maria foi abordado por um jovem que se aproximou esbaforido, visivelmente aflito, dizendo precisar urgentemente de sua ajuda. Diante da cena, o político perguntou com calma qual era o motivo de tamanho desespero.

O rapaz explicou que a esposa estava em trabalho de parto, prestes a dar à luz o primeiro filho, e que ele havia sido pego completamente desprevenido, sem recursos ou condições de enfrentar a situação naquele momento. O relato vinha carregado de ansiedade e expectativa, como se a urgência do momento justificasse qualquer pedido.

José Maria ouviu atentamente, sem interromper. Em seguida, com a tranquilidade e a sagacidade que lhe eram próprias, respondeu de imediato, sem elevar o tom nem perder a elegância:

***“Ora, meu filho, você que sabia disso há nove meses foi pego desprevenido, imagine eu, que só fiquei sabendo agora.”***

A frase, simples e certa, desmontou a aflição exagerada do jovem e arrancou sorrisos dos que acompanhavam a cena. Mais uma vez, a política mineira se manifestava não por meio de discursos longos, mas pela inteligência rápida e pela capacidade de dizer muito em poucas palavras.

7



**Morreu para você,  
filho ingrato**

## *7. Morreu para você, filho ingrato*

Este é, talvez, o caso mais famoso atribuído a José Maria Alkmin e, sem dúvida, uma das histórias mais repetidas quando se fala da capacidade dos políticos mineiros de reagir com rapidez e engenho diante de situações inesperadas.

Conta-se que, em uma de suas visitas a uma cidade do interior de Minas Gerais, onde mantinha sólidas bases políticas, José Maria caminhava entre correligionários quando avistou, à distância, o filho de um antigo aliado. Reconheceu-o de imediato. Com entusiasmo genuíno, aproximou-se e perguntou, em tom afetuosos:

***“Você poderia me dar notícias de seu pai?”***

O rapaz, visivelmente constrangido e tomado pela surpresa, respondeu de forma direta e quase aflita:

***“Doutor José Maria, meu pai já morreu.”***

Por um breve instante, o silêncio se fez presente. José Maria, porém, não hesitou. Fitou o jovem nos olhos e, com firmeza e emoção contida, retrucou:

***“Morreu para você, filho ingrato. Para mim, ele continua vivo dentro do meu coração.”***

A resposta, inesperada e carregada de significado, atravessou o momento com força. Mais do que uma tirada espirituosa, revelava o traço mais marcante daquele velho político mineiro: a habilidade de

transformar um fato constrangedor em afirmação de lealdade, memória e afeto. Não à toa, o episódio atravessou décadas e permanece como símbolo da sagacidade e do calor humano que marcaram a política mineira de outros tempos.

8



**Um governo a luz do dia**

## *8. Um governo a luz do dia*

Este é um fato ocorrido com o então governador de Minas Gerias, Rondon Pacheco, em meados da década de 1970, época em que as comunicações eram, como se pode imaginar, infinitamente mais precárias do que aquelas a que estamos habituados hoje. O telefone ainda era limitado, nem sempre confiável, e uma das principais formas de registro documental e de transmissão de informações oficiais era o telex, equipamento que muitos hoje jamais viram ou tiveram a oportunidade de operar.

O telex era uma máquina curiosa, funcionava como uma espécie de máquina de escrever conectada à distância, transmitindo mensagens que chegavam impressas, letra por letra, em papel contínuo. Tudo ficava registrado, sem criptografia, sem senhas, sem qualquer sofisticação tecnológica além da própria transmissão mecânica do texto.

Certa feita, um jovem oficial de gabinete, atento às questões administrativas e preocupado com o sigilo das informações governamentais, dirigiu-se ao governador com uma sugestão. Argumentou que o aparelho de telex ficava instalado na antessala do gabinete, junto às secretárias, em um ambiente de circulação constante de pessoas, o que, em sua avaliação, poderia comprometer a confidencialidade de determinadas mensagens. Propôs, então, que o equipamento fosse transferido para o interior do gabinete do governador, onde estaria mais protegido de olhares indiscretos.

Rondon Pacheco ouviu a explicação com calma, sem interromper. Ao final, respondeu de forma direta, quase seca, mas carregada de significado, encerrando o assunto sem margem para réplica:

***“O meu governo é feito à luz do dia.”***

A frase, simples e definitiva, dispensava qualquer debate adicional. Não era apenas uma decisão administrativa, mas uma declaração de princípios. Em poucas palavras, o governador deixava claro que transparência, para ele, não era discurso, mas prática cotidiana. E assim, como tantos outros episódios da época, aquele comentário atravessou o tempo, permanecendo como retrato fiel de uma forma de governar e de compreender a coisa pública.

9



**De pai para filho, uma  
lição de vida**

## *9. De pai para filho, uma lição de vida*

Muitos dos que leem estas páginas talvez conheçam um pouco da minha trajetória profissional, mas nem todos sabem como se deram os primeiros passos dessa caminhada. Em julho de 1983, aos 23 anos de idade, concluí o curso de Engenharia na UFMG, que encerrava de uma fase intensa, iniciada ainda aos 19 anos, quando comecei a estagiar em um grande canteiro de obras no centro de Belo Horizonte. Tratava-se de um edifício residencial gigantesco para os padrões da cidade, com quase quatrocentos apartamentos, erguido em um espaço bastante restrito. Ali aprendi, na prática, muito mais do que os livros poderiam ensinar naquele momento, planejamento, organização de materiais, logística de obra e, sobretudo, o ritmo real da construção civil.

Posteriormente, ingressei em uma grande empresa de construção pesada e infraestrutura, que me permitiram passar por experiências que ampliaram enormemente minha formação profissional. Trabalhei na canalização de vias sanitárias em Belo Horizonte, participei da construção do pátio norte do aeroporto da Pampulha, obra que acompanhei intensamente, coincidentemente durante uma greve das universidades federais, e ainda tive contato com projetos de grande porte, como uma usina hidrelétrica e um importante empreendimento de mineração. Além disso, circulei por diversos setores da empresa ligados a concorrência, controle e planejamento, o que me proporcionou uma visão ampla do funcionamento de uma organização de engenharia.

Entretanto, cerca de um mês antes de minha formatura, circunstâncias diversas fizeram com que eu me desligasse da empresa. Decidi então dar outro rumo à minha vida, voltando-me aos estudos,

iniciando uma pós-graduação em Engenharia Econômica na Fundação Dom Cabral e, pouco tempo depois, prestei vestibular para a Faculdade de Direito da UFMG, onde ingressei apenas seis meses após minha graduação em Engenharia. Mesmo assim, não me parecia correto simplesmente deixar de trabalhar, pois queria exercer uma atividade profissional e começar a construir minha própria independência.

Foi nesse momento que me lembrei de um episódio aparentemente casual acabou mudando minha trajetória, uma aula da antiga disciplina de OSPB, quando assisti à palestra do então presidente do IMAPE, que mais tarde se tornaria o IBAPE-MG., cuja exposição despertou meu interesse pela área de perícias e avaliações. Talvez tenha contribuído para isso o fato de eu já ter certa familiaridade com o ambiente judicial, pois meu pai era desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Começava ali a história que, de certa forma, definiria grande parte da minha vida profissional.

Quando comuniquei à família minhas intenções, as reações foram opostas. Meu pai se colocou firmemente contra, pois temia que pudesse haver alguma confusão entre o cargo que ocupava e uma eventual atuação minha como perito nomeado por juízes. Dentro de seu rigor ético, isso poderia parecer inadequado. Minha mãe, por sua vez, tomou a posição contrária, dizendo que iria inclusive pedir às pessoas que me dessem uma oportunidade, pois aquilo era exatamente o que eu desejava fazer.

Resolvido a seguir adiante, mergulhei nos estudos sobre o assunto, primeiramente procurando o presidente do IMAPE, que me indicou os poucos textos existentes na época sobre avaliações e perícias. Passei também a ler processos que meu pai guardava em casa, nos quais havia trabalhos periciais, tentando compreender aquela atividade ainda pouco difundida.

Quando meu pai percebeu que eu realmente não desistiria, chamou-me para uma conversa. Foi então que me deu um conselho que nunca esqueci e que, de certa forma, passou a orientar toda a minha vida profissional. Disse-me:

***“Meu filho, tome muito cuidado no que você fará nessa atividade. Porque todas as vezes que você acertar, quem acertou foi o Francisco Maia. Mas, se um dia você errar, quem errou será o filho do Ayrton Maia.”***

Naquele momento senti o verdadeiro peso de carregar o nome de um homem que dedicara quase cinquenta anos à magistratura mineira, sempre reconhecido pela honestidade, pela lisura e por uma postura inatacável. Aquela advertência simples transformou-se em uma lição permanente, sobre a responsabilidade de honrar um nome, que é, muitas vezes, o maior estímulo para que façamos sempre o nosso melhor.

10



**As safras do vinho  
Romaneé-Conti**

## *10. As safras do vinho Romanée-Conti*

Todas as pessoas que têm algum contato com o mundo do vinho, e até mesmo muitos curiosos, sabem que o Romanée-Conti, produzido pelo Domaine de la Romanée-Conti, conhecido simplesmente como DRC, está entre os vinhos mais caros e raros do mundo. Para muitos, é o mais caro. E, talvez por isso mesmo, pouquíssimas pessoas tiveram a oportunidade de degustá-lo. Menos ainda são aquelas que podem dizer que possuem uma coleção dessas garrafas.

Em torno desse vinho, como não poderia deixar de ser, surgiram histórias, lendas e episódios curiosos. Uma delas envolve um notório político paulista, que figuraria nesse seletto grupo de grandes colecionadores do Romanée-Conti.

Assim como ocorre com outras vinícolas de altíssimo prestígio, o Domaine de la Romanée-Conti mantém um serviço extremamente rigoroso de verificação e preservação de suas garrafas antigas. No jargão internacional, esse serviço é conhecido como recorking clinic. Em tradução literal, seria algo como rearrolhamento ou troca de rolha.

Trata-se de um procedimento feito exclusivamente por especialistas ligados à própria vinícola. Periodicamente, técnicos são enviados para adegas privadas, onde realizam a substituição da rolha original por uma nova, igualmente fornecida pelo produtor, com identificação gravada do vinho e da data da operação. O objetivo é claro, garantir a autenticidade da garrafa, preservar o vinho e evitar qualquer possibilidade de fraude.

Segundo a história, esse serviço teria sido realizado na residência do referido político. Durante a inspeção da adega, o especialista responsável pelo recorking percebeu algo absolutamente inesperado, havia ali garrafas de safras tão raras que sequer constavam na própria coleção do então proprietário do Domaine de la Romanée-Conti.

Surpreso com a descoberta, o técnico entrou em contato com o dono da vinícola e relatou o ocorrido. A reação foi imediata. Entre espanto e entusiasmo, o produtor viu ali uma oportunidade única de recuperar uma safra histórica que nem ele próprio possuía.

Fez, então, uma proposta inusitada. Ofereceu ao político duas garrafas de safras à sua escolha, desde que ele concordasse em ceder apenas uma daquelas raridades que faltavam à vinícola. A resposta negativa, dizem, foi tão rápida quanto definitiva. E a justificativa foi ainda mais emblemática:

***“Agora que eu sei disso, quero manter essas garrafas, para poder dizer que possuo safras de Romanée-Conti que nem o proprietário da vinícola possui.”***

É uma história que diz muito sobre o mundo dos grandes vinhos. Fala de raridade, de prestígio, de vaidade, mas também de memória, de tempo e de poder simbólico. No universo do Romanée-Conti, não se trata apenas de beber um vinho extraordinário. Trata-se de possuir algo que o tempo tornou quase inalcançável, e talvez por isso mesmo, algumas garrafas valham mais pelo que representam do que pelo que contêm.



## O sermão do padre na Semana Santa

## *II. O sermão do padre na Semana Santa*

Essa história aconteceu em meados dos anos 1990, na esteira do clima ainda de grande prestígio pessoal que se seguiu ao fim do mandato do presidente Itamar Franco. Ele havia deixado o cargo com uma aprovação rara na política brasileira, sustentada não apenas por seu estilo pessoal, mas sobretudo pelo sucesso do Plano Real, que devolvera previsibilidade à vida cotidiana dos brasileiros. Era um momento em que seu nome ainda ecoava com força, especialmente em Minas Gerais.

Naquele contexto, um amigo muito próximo da nossa família, e meu amigo em particular, me procurou. Ele pretendia disputar a prefeitura de Juiz de Fora, importante cidade mineira. Já tinha trânsito no meio político, chances reais de vitória e um projeto bem estruturado. Faltava-lhe, porém, algo decisivo, que era o apoio do ex-presidente, que tinha ali seu berço político. A ideia era, inclusive, envolver meu pai nessa aproximação. Na época, ele ainda estava na ativa como desembargador e, por razões óbvias, não se sentiu à vontade para se misturar diretamente com aquele ambiente político.

Foi então que me ocorreu procurar alguém que estivesse entre os aliados mais próximos de Itamar. Pensei imediatamente em José de Castro Ferreira, ex-deputado, figura habilidosa, de grande sensibilidade política, com quem eu mantinha excelente relacionamento e que sempre demonstrou por mim um carinho quase paternal. Entrei em contato, expliquei que gostaria de conversar sobre o cenário das eleições municipais, e ele prontamente marcou um encontro em Belo Horizonte, durante uma de suas vindas à cidade.

Encontramos no antigo Hotel Othon, hoje já desativado, onde ele costumava se hospedar. Cheguei no horário combinado e esperei que ele

chegasse do aeroporto. Logo na entrada, com a cordialidade de sempre, convidou-me a subir para conversarmos em seu apartamento. Sentou-se numa poltrona, eu numa cadeira à sua frente, e comecei a expor o assunto. Falei das qualidades do candidato, das reais chances de vitória, da importância de manter fidelidade ao ex-presidente e até de cenários futuros, como uma eventual candidatura ao governo de Minas. Mencionei também seu principal adversário, que, anos antes, quando Itamar disputara o governo do Estado contra Newton Cardoso, havia se posicionado frontalmente contra ele, chegando a atacá-lo publicamente em comícios.

José de Castro ouviu tudo com atenção, em silêncio, aquele silêncio típico dos mineiros que pensam enquanto escutam. Quando terminei, ele me olhou com um meio sorriso e, em vez de responder diretamente, começou a contar uma história.

Falou de sua terra, Carmo do Rio Claro, e de um padre famoso pelos sermões da Semana Santa. Um orador brilhante, capaz de emocionar a cidade inteira ao discorrer sobre a Paixão de Cristo. Com o tempo, pessoas de outras localidades passaram a ir até lá apenas para ouvi-lo. Em certo ano, contou ele, uma senhora chegou muito cedo, sentou-se na primeira fila, bem em frente ao altar. À medida que o sermão avançava, ela se emocionava cada vez mais, chorando de forma tão intensa que começava a distrair os demais fiéis. Até que, num dado momento, o padre interrompeu o sermão, inclinou-se para fora do microfone e disse à senhora, em tom sereno:

***“Minha senhora, calma, não precisa ficar assim. Isso aconteceu há tanto tempo, e a gente nem sabe se é verdade.”***

A história terminou ali. José de Castro me olhou novamente, agora

com um sorriso mais aberto. Não foi preciso dizer mais nada. A mensagem estava dada com elegância, humor e aquela astúcia típica da boa política mineira. Era uma forma educada, gentil e indireta de descartar qualquer possibilidade naquele momento, sem fechar portas nem criar constrangimentos.

Eu compreendi perfeitamente. Havia, claramente, outras variáveis em jogo, outros tempos e outros interesses que iam além do que eu levava àquela conversa. Encerramos o encontro com boas gargalhadas, e saí dali ainda mais admirado por aquela capacidade rara de dizer muito sem dizer quase nada. Guardo até hoje um carinho especial por ele, e por aquela lição sutil de política, humanidade e inteligência.

12



**A máquina infalível de  
matar formigas**

## *12. A máquina infalível de matar formigas*

Meu saudoso pai, Desembargador Ayrton Maia, foi magistrado de carreira. Um homem de formação sólida, vocação inequívoca para a magistratura e uma serenidade que o acompanhou por toda a vida, e, como era comum à época, percorreu cidades ainda pequenas, no final da década de 1950 e ao longo dos anos 1960, quando o Judiciário mantinha uma relação mais direta, quase cotidiana, com a população.

Eram tempos diferentes. Os fóruns tinham portas abertas, os magistrados eram figuras conhecidas na cidade e, não raro, confundiam-se, aos olhos do cidadão comum, com uma espécie de autoridade moral a quem se podia recorrer para qualquer tipo de problema, jurídico ou não.

Foi em uma dessas cidades que ocorreu um episódio que ele próprio contou muitas vezes, sempre com um misto de perplexidade e humor contido. Quando estava em seu gabinete, concentrado no despacho de processos, um cidadão se aproximou da porta, pediu licença e disse que precisava falar com ele. Havia, segundo afirmou, uma questão gravíssima envolvendo uma compra que fizera e da qual fora vítima de um verdadeiro absurdo.

Com a paciência que sempre lhe foi característica, meu pai explicou que não poderia ajudá-lo daquela forma. Disse que, se havia sido enganado, deveria procurar um advogado, reunir provas e ajuizar a ação cabível. O Judiciário, como ele bem sabia, não funcionava por conversas de gabinete. Mas o homem insistiu. Disse que precisava mostrar aquilo pessoalmente, que o magistrado precisava ver com os próprios olhos,

pois se tratava de algo inacreditável.

Movido mais pela curiosidade do que por qualquer outra coisa, meu pai acabou cedendo. Perguntou do que se tratava. O cidadão então retirou do bolso um recorte de jornal, cuidadosamente dobrado. Era um anúncio publicitário que oferecia à venda uma “máquina infalível para matar formigas”. O texto prometia eficácia absoluta.

Meu pai olhou o anúncio e perguntou, com genuína seriedade, qual era exatamente o problema. A máquina não funcionava? O homem, sem dizer palavra, abriu uma caixa que trazia consigo. Dentro dela havia apenas dois pequenos blocos de pedra, dois paralelepípedos modestos, e um manual de instruções.

Foi então que ele entregou o manual ao meu pai. Ali estava escrito, de forma clara e objetiva:

***“Coloque um dos blocos no chão. Pegue a formiga e coloque-a sobre o bloco. Em seguida, com o outro bloco, aplique um golpe mortal.”***

Meu pai ficou imóvel por alguns segundos. Não sabia se ria, se se compadecia do homem à sua frente ou se admirava, com um certo assombro, a criatividade sem limites daquele anúncio. Depois de respirar fundo, devolveu calmamente o manual e disse, com a mesma serenidade com que sempre conduziu sua vida profissional, que não havia nada que pudesse fazer, pois, de fato, a máquina era infalível para matar formigas.

A história terminava ali. Sem sentença, sem recurso e sem reparação possível. Apenas com uma lição silenciosa sobre ingenuidade, esperteza alheia e os limites muito claros entre o direito, o bom senso e o ridículo.

13



**O convite para ser bispo**

### *13. O convite para ser bispo*

Meu sogro, Dr. Fábio Araújo Reis, foi médico clínico e gastroenterologista muito respeitado em Belo Horizonte. Atuou em uma época em que o atendimento médico se dividia entre a clínica particular, o INSS e a Previdência Estadual, ambientes muito distintos, que colocavam o médico em contato com os mais variados perfis de pacientes. Vindo do Sul de Minas, trazia consigo uma simplicidade natural e uma gentileza que nunca se perderam, independentemente de quem estivesse à sua frente.

Era um profissional que atendia bem a todos, com atenção e escuta cuidadosa, sem distinções. Em certa ocasião, durante um dia normal de consultas, sua secretária orientou um paciente a entrar em seu consultório. Tudo indicava tratar-se de mais um atendimento rotineiro.

Com a cordialidade habitual, meu sogro pegou a ficha e começou o questionário básico. Perguntou o que o paciente estava sentindo e qual era o motivo da consulta. A resposta veio de imediato e com absoluta tranquilidade, informando que não sentia absolutamente nada. Não estava ali para uma consulta médica, mas para fazer uma visita.

Surpreso, Dr. Fábio insistiu, explicando que aquele horário havia sido marcado como consulta. Perguntou, então, qual seria o motivo da visita. O homem, com voz firme e olhar decidido, respondeu sem hesitar, que estava ali para convidá-lo a ocupar ao cargo de Bispo de Campanha.

Não havia qualquer sinal de brincadeira. A convicção era plena. Meu sogro percebeu, naquele instante, que não se tratava de um mal-

entendido comum, mas de algo que ultrapassava o campo da clínica geral. Entre a perplexidade e um certo receio da situação, raciocinou rapidamente e respondeu com serenidade que era um médico, que tinha muitos compromissos, e sugeriu que o “paciente” assumisse o cargo.

A reação foi imediata. O semblante do homem se fechou, o olhar tornou-se rígido e a resposta veio seca, quase indignada:

***“Como eu posso ser bispo, doutor, se eu já sou  
Papa?”***

A consulta terminou ali, sem exames, sem receitas e sem encaminhamentos formais. O episódio, no entanto, transformou-se em uma daquelas histórias que atravessam o tempo. Meu sogro a contou muitas vezes, até o fim da vida, sempre com o mesmo espanto contido e um sorriso discreto, como quem reconhece que a realidade, às vezes, consegue ser mais surpreendente do que qualquer ficção.



**Não marque data,  
pois ela chega**

## *14. Não marque data, pois ela chega*

Até os anos 1990, antes que os noivos fizessem os pedidos típicos que conhecemos hoje de casamento, era muito comum que o noivado fosse celebrado com uma reunião familiar formal, quase um pequeno ritual. Reuniam-se parentes próximos, amigos íntimos e pessoas com vínculo direto com as famílias. Havia sempre um momento solene, esperado por todos, em que o pai do noivo se dirigia ao pai da noiva para pedir, oficialmente, a mão da filha em casamento.

Quando algum dos pais não estava presente, essas figuras eram substituídas por um tio, um irmão mais velho ou alguém que, pela idade e pelo respeito, pudesse ocupar simbolicamente aquele lugar. Era um gesto carregado de significado. Após o pedido e a aceitação, naturalmente, a solenidade dava lugar à confraternização, e a festa seguia em clima mais leve e descontraído.

Foi em uma ocasião dessas que um amigo meu viveu uma cena que jamais esqueceu. Ele era o noivo, e a noiva pertencia à família do conhecido e respeitado político mineiro Tancredo Neves, figura já consagrada na vida pública brasileira. O ambiente era de alegria, expectativa e muitos cumprimentos. Como sempre acontece nessas situações, surgiam alguns que acabavam fazendo a pergunta inevitável de quando seria o casamento.

Meu amigo, um pouco constrangido, respondia de forma vaga. Dizendo que ainda estavam avaliando as circunstâncias, organizando as coisas, e que em breve comunicariam a data. Era uma resposta prudente, quase automática, dessas que servem para ganhar tempo.

Foi então que o político, já ex-primeiro-ministro, homem experiente e conhecedor profundo da alma humana, aproximou-se dele discretamente. Puxou-o de leve pelo braço, inclinou-se e, em tom de confiança, sussurrou no seu ouvido uma frase curta, seca e definitiva:

***“Não marque, pois se marcar, chega.”***

Meu amigo caiu na gargalhada. A frase, dita com a sabedoria simples de quem já tinha visto muita coisa na vida, virou uma espécie de bordão pessoal. Sempre que alguém, anos depois, perguntava sobre marcar uma data futura, planejar algo muito à frente ou fazer previsões solenes demais, ele repetia a história e encerrava com a mesma sentença.

# 15



**Jovem demais para o  
cargo**

## *15. Jovem demais para o cargo*

A Justiça Federal no Brasil não é uma criação recente. Sua origem remonta aos primeiros anos da República, quando foi instituída em 1890, por meio do Decreto nº 848, com a finalidade de julgar as causas de interesse da União. Esse modelo, contudo, não se manteve de forma contínua. Em 1937, durante o Estado Novo, a Justiça Federal foi extinta, e suas atribuições passaram a ser exercidas pela Justiça comum dos Estados.

Durante quase três décadas, o país funcionou sem uma Justiça Federal estruturada, situação que gerava dificuldades institucionais e práticas, especialmente diante do crescimento das atribuições da União. Somente em meados da década de 1960, no contexto de reorganização do Estado brasileiro, voltou-se a discutir seriamente a sua recriação. Foi nesse cenário que, durante o governo do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, a Justiça Federal foi restabelecida, definiu sua estrutura básica e lançou as bases do modelo que conhecemos até hoje.

À época, o Ministério da Justiça era ocupado pelo mineiro Milton Campos, figura de grande prestígio político e jurídico. Conta a tradição que, ainda na fase das tratativas iniciais para a implantação da nova Justiça Federal, o ministro já começava a refletir sobre os nomes que poderiam ocupar os cargos de juízes federais que seriam criados, especialmente em Minas Gerais, seu estado natal.

Em uma dessas conversas com o presidente, Milton Campos teria mencionado a possibilidade da nomeação de um jovem e brilhante jurista mineiro, fato que se comprovou no futuro, pois seguiu uma bela carreira

no universo jurídico brasileiro, inclusive já aprovado em concursos públicos no estado. Destacou tratar-se de um nome tecnicamente qualificado, sério e promissor, digno de apreciação naquele momento de reconstrução institucional. Ao expor o perfil do candidato, mencionou, inclusive, que ele contava então com menos de 30 anos de idade.

Após ouvir atentamente as considerações do ministro, o presidente ponderou que a juventude do indicado lhe parecia um obstáculo relevante para o exercício de função tão nova e delicada. Foi então que Milton Campos, com a serenidade e a inteligência política que lhe eram características, respondeu de forma direta e definitiva:

***“Presidente, se esse é o único empecilho que o senhor vê para a nomeação, fique tranquilo, porque o tempo há de corrigir.”***

A frase, ao mesmo tempo elegante e segura, encerrava o assunto com a confiança de quem sabia que a competência, quando verdadeira, se impõe com o passar dos anos. Era mais um daqueles momentos em que a política mineira, com sua discrição e sabedoria própria, deixava registrada uma lição que atravessaria o tempo.

16



**O discurso de improviso**

## *16. O discurso de improviso*

Quando Tancredo Neves, então candidato ao governo de Minas Gerais, saiu vitorioso do pleito, conta-se que decidiu percorrer algumas regiões do estado, em uma série de viagens destinadas tanto a agradecer o apoio recebido quanto a reafirmar compromissos políticos. Em cada cidade, era recebido por lideranças locais, autoridades, correlegionários e integrantes de uma comitiva que reunia deputados eleitos, assessores e apoiadores históricos.

Ao chegar a uma determinada cidade do Sul de Minas, o ambiente era de festa e expectativa. Como de costume, havia discursos, cumprimentos e manifestações públicas. Foi nesse contexto que um conhecido chefe político local passou a pressionar insistentemente a assessoria do governador eleito. Queria, de toda forma, dirigir algumas palavras a Tancredo. Não se tratava de um pedido discreto, mas de uma quase imposição, feita com a segurança típica de quem estava acostumado a ser ouvido.

A situação gerou certo constrangimento. A equipe ponderava, tentava temporizar, mas, diante da insistência e para evitar maiores desgastes, acabou cedendo. O político local foi então autorizado a falar, e aproximou-se de Tancredo, visivelmente satisfeito com a oportunidade conquistada.

Ao iniciar seu discurso, o orador levou a mão ao bolso, retirou um papel cuidadosamente dobrado e, em tom solene, começou sua fala dizendo algo que soou, no mínimo, curioso:

***“Tomado de surpresa pelo convite para falar ao governador eleito, improviso estas pequenas palavras.”***

A frase causou estranheza imediata entre os presentes. Afinal, logo após declarar-se surpreendido e em improviso, o orador passou a ler, palavra por palavra, um texto claramente preparado. A contradição era tão evidente que dispensava maiores comentários.

O discurso foi ouvido até o fim, mas o episódio acabou incorporado ao anedotário político mineiro, como exemplo típico das cenas pitorescas que a vida pública, especialmente em Minas Gerais, costuma produzir.



**O gado saiu do pasto e  
foi para a cabeça**

## *17. O gado saiu do pasto e foi para a cabeça*

Francisco Cambraia de Campos, o Coronel Chichico, nascido em São Francisco de Paula/MG, figura muito conhecida da política mineira e amigo próximo de Tancredo Neves, era desses personagens raros, que pareciam carregar Minas Gerais inteira no jeito de falar, de pensar e de contar causos. Homem de conversa boa, inteligência viva e ironia fina, daqueles que transformavam situações corriqueiras em histórias memoráveis, típicas das prosas que só um mineiro autêntico consegue oferecer.

Certa vez, em um período particularmente difícil para o mercado, mandou um de seus filhos a Montes Claros com a missão de vender uma boiada. A fase não era boa para os frigoríficos, o dinheiro estava curto e o negócio simplesmente não andava. Passaram-se os dias, as conversas se estenderam, mas a venda não se concretizava nos termos esperados.

Quando o filho retornou da viagem, o Coronel Chichico foi logo perguntando, direto ao ponto, se a boiada havia sido vendida. Diante da resposta, veio a explicação, o gado ainda seria abatido, o que levaria cerca de quinze dias, e o pagamento só ocorreria trinta dias depois, já com o gado morto. Ou seja, além de tirar o gado do pasto, ainda teria de esperar longamente para receber.

Foi então que o Coronel, com aquela mistura de indignação bem-humorada e lucidez prática que lhe era tão própria, resumiu toda a situação em uma frase que atravessou o tempo:

***“Oh, diabo, tirei o gado do pasto e coloquei na cabeça!”***

A sentença, curta e certa, dizia tudo. Não era apenas sobre o negócio mal resolvido, mas sobre a angústia de trocar algo concreto, vivo e sob controle, por uma promessa distante, incerta e cheia de preocupação. Um comentário simples, carregado de sabedoria prática, que traduzia perfeitamente a forma direta e espirituosa com que o Coronel Chichico enxergava a vida.

18



**Repita seu nome  
baixinho**

## *18. Repita seu nome baixinho*

Entre os velhos políticos mineiros, daqueles que jamais perdiam o tom e sempre encontravam uma saída elegante para situações constrangedoras, dizia-se que poucos eram tão habilidosos quanto Juscelino Kubitschek. Dono de uma intuição rara para o trato humano, ele atravessou diferentes cargos públicos sem nunca abandonar a leveza, mesmo nos ambientes mais tensos da política.

Quando visitava seus redutos eleitorais, era comum encontrar todo tipo de gente. Havia líderes locais, prefeitos, figuras influentes da região e, como se dizia à época, alguns coronéis políticos. Mas, inevitavelmente, surgiam também os gaiatos. Aqueles personagens que, movidos por vaidade ou entusiasmo, faziam questão de demonstrar em público uma intimidade com o político que, na prática, não existia. Muitas vezes eram pessoas que ele havia visto uma ou duas vezes, provavelmente em encontros maiores, cheios de cumprimentos e apresentações.

Nessas horas, Juscelino não se perturbava. Ao contrário. Quando alguém se aproximava com excessiva familiaridade, ele respondia de forma ainda mais efusiva. Abraçava a pessoa com entusiasmo e, num gesto aparentemente afetuoso, inclinava-se levemente e dizia, em tom baixo, quase confidencial:

***“Meu amigo, infelizmente esqueci seu nome.  
Fale baixinho ao meu ouvido.”***

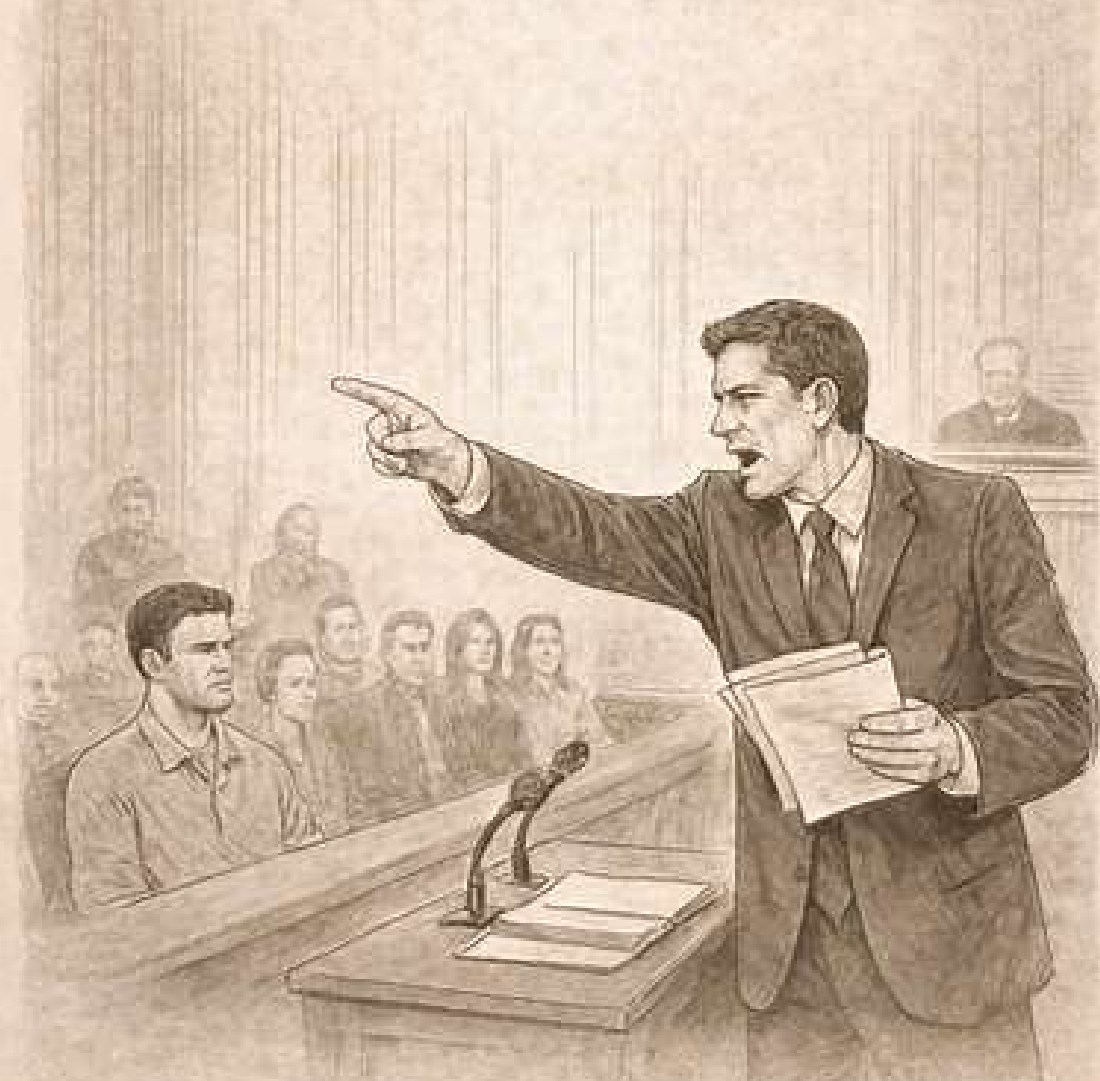
Era um pedido simples, mas carregado de significado. A pessoa, percebendo o recado, dizia o nome discretamente. Juscelino então

concluía o abraço, afastava-se sorridente e, já em voz alta, repetia o nome com naturalidade. Em seguida, fazia algum comentário elogioso, falava da satisfação de estar ali, da importância daquela amizade, como se houvesse entre eles uma longa convivência.

Para quem assistia à cena, não restava dúvida de que o político conhecia o interlocutor pelo nome, tratava-o com proximidade e respeito. Tudo se resolvia sem constrangimentos, sem desmentidos e sem expor ninguém ao ridículo.

Era uma técnica simples, mas reveladora de uma inteligência rara. Um jeito mineiro de contornar excessos, preservar aparências e seguir adiante com elegância. Mais do que um truque social, era uma aula silenciosa de equilíbrio, daquelas que não se aprendem em manuais, mas apenas com experiência, sensibilidade e bom humor.

19



O grande “jurista”  
italiano

## *19. O grande “jurista” italiano*

Como médico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, meu sogro, Dr. Fábio Araújo Reis, conviveu de perto com muitos magistrados e membros do Ministério Público. Dessa convivência nasceram amizades sinceras, algumas tão profundas que ele acabou sendo padrinho de filhos desses amigos. Seu jeito afável, simples e genuinamente interessado pelas pessoas fazia com que essas relações ultrapassassem o ambiente profissional.

Um desses amigos, já então Procurador de Justiça, morava próximo à sua casa e tinha o hábito de visitá-lo com frequência. Gostava de conversar, recordar histórias e, sobretudo, contar casos da época em que atuara como promotor de justiça no interior de Minas Gerais. Eram tempos difíceis, em cidades pequenas, muitas vezes isoladas, com comunicação precária e longas distâncias. O promotor precisava se deslocar para realizar júris populares, quase sempre envolvendo crimes graves, especialmente homicídios.

Em uma dessas ocasiões, contou ele, apareceu para a defesa um advogado vindo de fora. Homem culto, discurso refinado, fala rebuscada. Durante sua sustentação, citou autores estrangeiros, doutrinas complexas e construiu uma narrativa jurídica sofisticada, tentando justificar a conduta do réu com uma sucessão impressionante de referências. O promotor, sentado ali, ouviu tudo com atenção. Confessou que, por um instante, sentiu-se até um pouco acuado diante de tamanha erudição, mas não se intimidou.

Quando chegou sua vez de falar, levantou-se com calma, dirigiu-se

ao júri e, olhando firmemente para o advogado da defesa, começou dizendo que ouvira com grande respeito todo aquele saber jurídico trazido ao debate. Reconheceu o brilho intelectual da exposição, as teorias apresentadas e a elegância do discurso. Fez uma breve pausa e então afirmou que, apesar de tudo aquilo, aquelas teses não resistiam à sabedoria de um grande jurista italiano.

A partir daí, passou a desenvolver sua acusação, sempre em sentido oposto ao da defesa, citando reiteradas vezes o referido jurista, como fundamento de suas convicções. O nome soava estrangeiro, imponente, incontestável. O júri ouvia atento. O advogado da defesa, visivelmente desconcertado, também.

Ao terminar o caso, já em tom de confiança, o procurador perguntou ao meu sogro se ele conhecia aquele famoso jurista italiano. Dr. Fábio, naturalmente, respondeu que não. Foi então que o amigo sorriu e revelou, com a tranquilidade de quem aprecia uma boa travessura intelectual, e disse solenemente:

***“Este jurista não existia, eu usei o nome de um jogador da seleção italiana que disputou a Copa do Mundo no Brasil, em 1950.”***

A história sempre terminava com risos. Era o retrato de um tempo, de um tipo de inteligência prática e de uma ironia fina, capaz de equilibrar o jogo quando o excesso de erudição ameaçava comprometer o essencial. Um daqueles episódios que meu sogro gostava de contar porque, além de engraçados, diziam muito sobre as pessoas e sobre a arte de lidar com elas.

20



**O que sobrar a gente joga  
para os cachorros**

## *20. O que sobrar a gente joga para os cachorros*

No final da década de 1950 e ao longo dos anos 1960, os magistrados de carreira, como foi o caso do meu pai, percorriam cidades do interior de Minas Gerais que hoje parecem quase inimagináveis. Eram localidades pequenas, muitas vezes remotas, de acesso difícil, por estradas precárias e caminhos longos. Nessas cidades, a figura do juiz de direito tinha enorme respeito, assim como o promotor de justiça, o delegado e, como se dizia à época, o padre. Eram autoridades que se destacavam em comunidades ainda muito rudimentares, onde quase tudo girava em torno dessas referências.

Quando o magistrado chegava à cidade, sobretudo se vinha acompanhado da esposa, como aconteceu com meus pais depois de casados, era natural que surgissem convites. Almoços, cafés, lanches, visitas rápidas que nunca eram tão rápidas assim. Era uma forma de acolhimento e também de demonstração de respeito.

Em uma dessas ocasiões, um produtor rural mais proeminente da região convidou meus pais para um almoço em sua fazenda. O convite foi prontamente aceito. No dia marcado, eles se dirigiram até lá e foram recebidos com toda a cordialidade possível, dentro dos costumes simples e francos do interior. A hospitalidade era genuína.

Minha mãe sempre contava que, ao se sentarem à mesa, depararam-se com um banquete de proporções quase inimagináveis. Pratos e mais pratos, comida farta, tudo servido com aquela insistência típica de quem acredita que comer muito é a maior prova de apreço pela

refeição. Naquele ambiente, quanto mais se comia, mais se demonstrava que a comida estava boa.

Constrangida, ela já não sabia como recusar. Tentava explicar que estava satisfeita, que estava tudo excelente, mas a insistência continuava. Serviam mais um pouco, depois mais outro tanto, sempre com a melhor das intenções. Até que, em determinado momento, a esposa do fazendeiro, com absoluta naturalidade e sem perceber qualquer inconveniente, disse-lhe de forma direta:

***“Melhor a senhora comer, porque o que sobra a gente acaba jogando para os cachorros.”***

A frase caiu como uma sentença definitiva. Não havia mais argumentos possíveis. A história ficou marcada para sempre na família. Desde então, sempre que alguém deixava comida no prato ou fazia alguma resistência à mesa, surgia inevitavelmente a lembrança, repetida quase como um bordão doméstico, arrancando risos e evocando aquele tempo de simplicidade, fartura e costumes tão próprios do interior.

21



**Não li e não gostei**

## *21. Não li e não gostei*

A relação entre dois grandes nomes da literatura brasileira ajuda a compreender bem as tensões estéticas que marcaram o país nas décadas de 1920 e 1930. Não se tratava propriamente de inimizades pessoais, mas da disputa entre projetos literários distintos, que concorriam por prestígio, influência e espaço no debate cultural.

De um lado estava Oswald de Andrade, figura central do modernismo paulista, provocador por natureza, defensor de uma ruptura frontal com o academicismo e com as formas literárias herdadas do século XIX. Do outro, José Lins do Rego, um dos grandes nomes do romance regionalista nordestino, ligado ao chamado ciclo da cana-de-açúcar, cuja escrita era marcada pela memória, pela tradição e por uma narrativa mais clássica.

Ambos foram, à sua maneira, modernizadores. Apenas caminhavam por trilhas diferentes. Oswald queria chocar, desconstruir e reinventar a linguagem. José Lins buscava dar voz a um Brasil profundo, com personagens, paisagens e dramas enraizados na experiência vivida. O embate entre esses dois modos de pensar a literatura simboliza muito mais uma divergência de concepção estética do que qualquer animosidade pessoal.

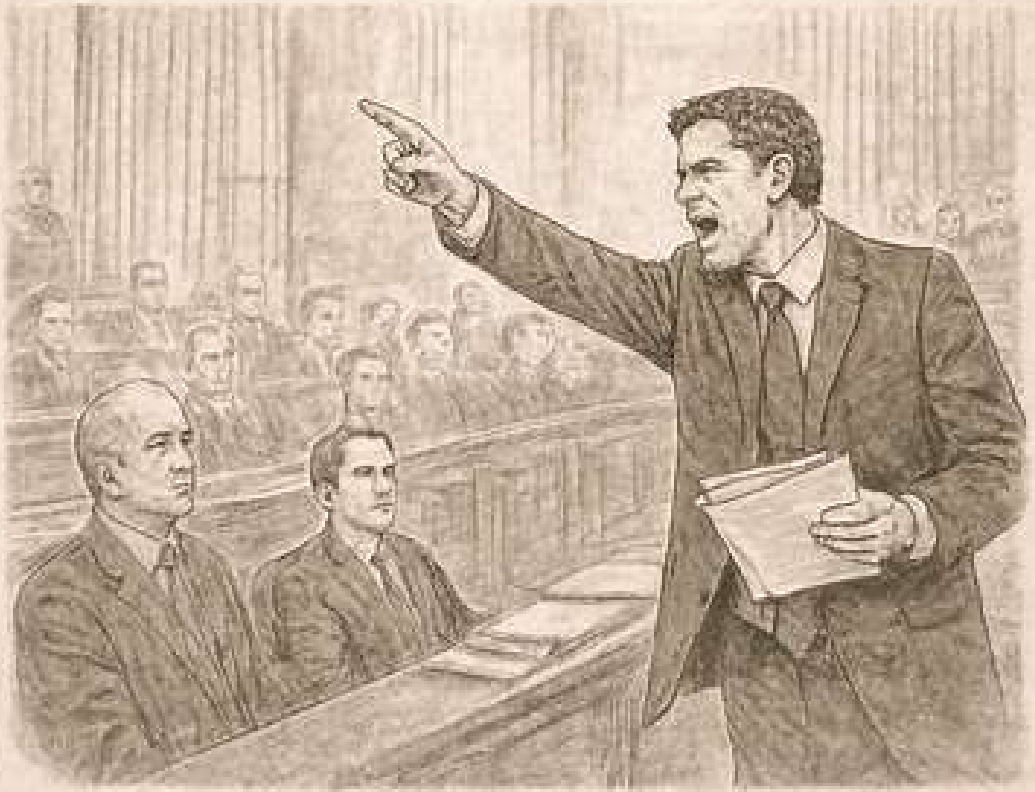
É nesse contexto que se insere uma frase célebre, atribuída a Oswald de Andrade, e que atravessou o tempo como síntese desse confronto cultural. Perguntado certa vez sobre a obra de um autor que não se alinhava aos princípios modernistas, que seria José Lins do Rego, Oswald teria respondido, com ironia deliberada:

***“Não li e não gostei.”***

Ao que tudo indica, não se trata de um ataque pessoal documentado, nem de um episódio específico envolvendo diretamente os dois escritores. Foi, antes, uma tirada típica de Oswald, pensada para provocar, causar desconforto e marcar posição. Seu estilo sempre foi esse, exagerado, irônico, performático.

A frase ironiza, de forma quase caricatural, o dogmatismo que Oswald enxergava na literatura que não rompia com as formas tradicionais. José Lins do Rego, por sua vez, nunca respondeu. Não polemizou, não rebateu, não entrou no jogo. Seguiu escrevendo, fiel ao seu projeto literário e ao seu universo narrativo.

O curioso é que a frase sobreviveu ao contexto que a gerou. Tornou-se um bordão, repetido até hoje, muitas vezes deslocado da literatura, usado para expressar um julgamento apressado ou uma crítica irônica. Mais do que um comentário sobre livros, ela acabou se transformando em retrato de uma época em que a cultura brasileira se reinventava em meio a choques, exageros e provocações.



**Renúncia é um ato  
unilateral de vontade**

## *22. Renúncia é um ato unilateral de vontade*

O Brasil viveu um de seus momentos mais graves de crise institucional em agosto de 1961, quando, de forma absolutamente inesperada, o então presidente Jânio Quadros encaminhou ao Congresso Nacional uma carta de renúncia ao cargo. O gesto, inédito até então na história republicana brasileira, lançou o país em profunda incerteza política e jurídica, abrindo intenso debate sobre os rumos institucionais que deveriam ser adotados.

No calor dos acontecimentos, passou-se a discutir se caberia ao Congresso Nacional aceitar ou recusar a manifestação de vontade do presidente. A dúvida não era meramente retórica, mas envolvia a própria compreensão da natureza jurídica da renúncia e os limites de atuação do Poder Legislativo diante de um ato dessa magnitude.

Foi nesse contexto que emergiu uma frase que atravessaria o tempo e se tornaria referência obrigatória no direito constitucional brasileiro, tradicionalmente atribuída ao senador mineiro Afonso Arinos de Melo Franco. No meio do debate, sustentou-se que a renúncia presidencial não dependia de qualquer juízo de conveniência ou deliberação do Congresso. Tratava-se, antes, da comunicação formal de um ato pessoal do titular do cargo, cujos efeitos se produziam de forma imediata.

Segundo essa compreensão, uma vez manifestada e comunicada oficialmente a vontade de renunciar, não restava ao Congresso senão reconhecer o fato e adotar as providências constitucionais subsequentes, especialmente no que dizia respeito à sucessão presidencial. Foi então

que, no calor da discussão, teria sido proferida a frase lapidar que praticamente encerrou o debate:

***“A renúncia é um ato unilateral de vontade.”***

A assertiva, simples e juridicamente precisa, tornou-se um marco daquele momento histórico. Registre-se, contudo, que o episódio não deixou de envolver controvérsias posteriores. Alguns autores e testemunhos sustentam que a ideia foi compartilhada por outros parlamentares e juristas presentes à época. Ainda assim, a formulação clássica e a consagração histórica da frase acabaram definitivamente associadas à figura de Afonso Arinos, jurista respeitado e protagonista central daquele delicado episódio institucional.

Mais do que uma frase de efeito, tratava-se de uma síntese poderosa da compreensão constitucional que prevaleceria naquele instante crítico da vida política brasileira, que ajudou a moldar a resposta institucional a uma das maiores crises da República.

23



**Traga um amigo,  
se tiver**

## 23. *Traga um amigo, se tiver*

Entre os casos mais notórios de réplicas espirituosas, agora em nível internacional, destaca-se o episódio envolvendo o então primeiro-ministro britânico Winston Churchill e o dramaturgo irlandês George Bernard Shaw. Ambos eram desafetos declarados, adversários intelectuais e políticos, com visões de mundo profundamente distintas, o que alimentava uma troca constante de ironias afiadas e provocações bem-humoradas.

Em determinado momento, Bernard Shaw enviou a Churchill um convite para a estreia de sua nova peça, *Pigmaleão*. O tom da mensagem, embora formal na aparência, trazia uma ironia evidente. No bilhete, o dramaturgo escreveu:

***“Tenho o prazer e a honra de convidar o digno primeiro-ministro para a primeira apresentação de minha peça *Pigmaleão*. Venha e traga um amigo, se tiver.”***

A provocação era clara e deliberada. A resposta de Churchill não demorou e veio à altura, revelando toda a sagacidade, o humor mordaz e a inteligência que o tornaram célebre. Com fina ironia, respondeu:

***“Agradeço ao ilustre escritor o honroso convite. Infelizmente, não poderei comparecer à primeira apresentação. Reservarei meu lugar para a segunda apresentação, se houver.”***

A troca entrou para a história como exemplo clássico do embate verbal entre dois gigantes do pensamento e da palavra. Mais do que simples farpas pessoais, o episódio revela como o humor inteligente, quando bem empregado, pode se tornar uma forma refinada de crítica e, ao mesmo tempo, uma demonstração de espírito e brilhantismo que atravessa gerações.



**A oferta pelo imóvel do  
compadre**

## 24. *A oferta pelo imóvel do compadre*

Meu avô Francisco Maia, de quem herdei o nome, era proprietário de uma loja de calçados em Juiz de Fora. A loja ficava em uma região de intenso movimento comercial e, mais do que um ponto de vendas, funcionava quase como um pequeno centro de convivência. Por ali passavam clientes, conhecidos, amigos antigos e gente que simplesmente entrava para conversar.

Entre essas figuras estava um compadre do meu avô, homem que já havia angariado um patrimônio considerável. Costumava investir em imóveis, comprava aqui e ali, e era conhecido por ter sempre algum negócio em andamento. Num desses dias, meu pai, ainda adolescente, presenciou uma cena que ele contaria muitas vezes ao longo da vida.

O compadre estava na loja, conversando tranquilamente com meu avô, quando entrou um cidadão que foi direto ao assunto. Perguntou se ele era o proprietário de um terreno localizado em um bairro próximo ao centro da cidade. Diante da resposta afirmativa, apresentou-se e disse que tinha interesse em comprar o imóvel.

O compadre respondeu com naturalidade que o terreno não estava à venda. O homem, no entanto, insistiu. Explicou que possuía uma casa ao lado e que desejava ampliá-la, o que tornava aquele lote especialmente importante para ele. Pediu, então, que fosse colocado um preço.

Após alguns instantes, o compadre atendeu ao pedido e informou a quantia pela qual venderia o tal imóvel. Era um preço claramente elevado, algo em torno de cinco vezes o que se praticava no mercado à

época. O pretendente a comprador ficou visivelmente indignado. Contestou, argumentou, disse que aquilo não fazia sentido, que era um absurdo.

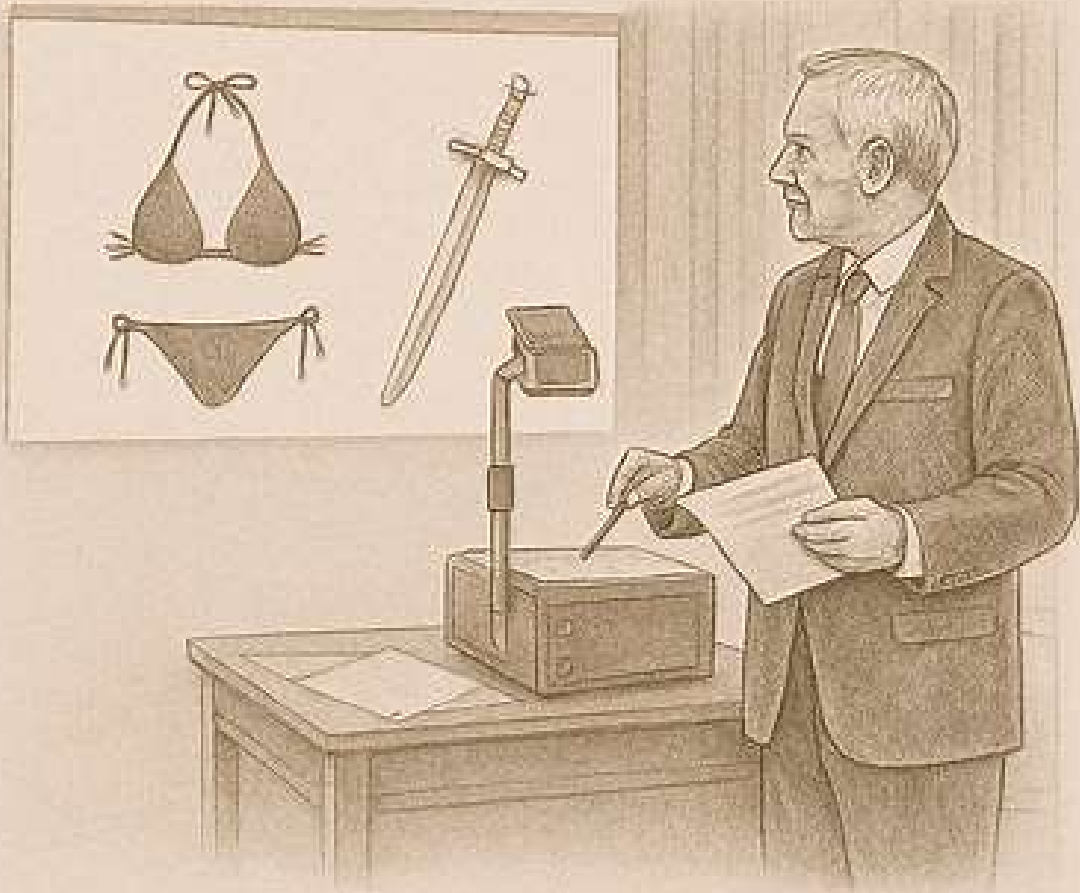
Foi então que veio a resposta, seca e definitiva, que meu pai jamais esqueceu. O compadre olhou para ele com calma e disse, sem elevar a voz:

***“Certamente o senhor conhece muitas pessoas que possuem esta quantia em dinheiro, mas a única pessoa que tem o terreno ao lado da sua casa sou eu. Por isso, eu posso cobrar o preço que quiser.”***

Anos depois, essa história voltaria muitas vezes à mesa de casa, sempre como exemplo de uma distinção que eu mesmo aprenderia a lidar, inclusive na vida profissional, a diferença entre preço e valor. Nem tudo está submetido à lógica média do mercado. Há situações pontuais, únicas, em que o valor se constrói a partir da necessidade específica de alguém, e não da régua geral.

Talvez meu avô não soubesse, naquele momento, que aquela cena banal de uma loja de calçados se tornaria uma pequena aula prática sobre economia, negociação e percepção de valor. Mas, de alguma forma, ela acabou me acompanhando pela vida, e segue atual até hoje.

25



**As palestras biquini  
e espada**

## 25. *As palestras biquini e espada*

O dia 9 de dezembro de 1991, quando eu presidia o IBAPE-MG foi marcado por um duplo significado. Naquela data comemoravam-se os doze anos da entidade e foi inaugurada a galeria de seus ex-presidentes, em solenidade presidida pelo então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Velloso, ex-presidente de nossa corte constitucional. A comemoração ocorreu na Sociedade Mineira de Engenheiros e reuniu um auditório lotado, formado por profissionais experientes, jovens engenheiros e convidados que reconheciam a importância institucional daquele momento.

Na mesma ocasião, integrou a programação uma palestra do engenheiro Luiz Alfredo Falcão Bauer, fundador do Falcão Bauer – Centro Tecnológico de Controle da Qualidade, referência absoluta na área técnica e responsável pela criação do primeiro laboratório acreditado pelo Inmetro no Brasil. Era, portanto, uma plateia preparada para ouvir conteúdo denso, técnico e rigoroso.

Quando Luiz Alfredo iniciou sua fala, cumprimentou serenamente o público e, sem pressa, abriu sua pasta de trabalho. Dela começou a retirar algumas transparências, aquelas folhas de acetato que, à época, eram projetadas em telas por meio de retroprojetores, um recurso que as novas gerações talvez sequer consigam imaginar, mas que marcou toda uma geração de palestrantes.

Enquanto organizava o material, olhou para o auditório e, com absoluta tranquilidade, fez uma observação que imediatamente capturou a atenção de todos. Disse que ninguém precisava se preocupar com o

tempo que ele tomaria, porque havia aprendido uma lição fundamental sobre apresentações públicas, fazendo uma pausa mínima, apenas o suficiente para criar expectativa, e em seguida, completou:

***“Toda palestra deveria ser como um biquíni, pequena o bastante para despertar interesse, mas extensa o suficiente para cobrir o essencial.”***

O auditório explodiu em gargalhadas. Risos espontâneos, aplausos e aquele murmúrio coletivo que só surge quando a inteligência se alia ao humor. Luiz Alfredo permaneceu imóvel, em silêncio, aguardando que a reação cessasse. Quando o ambiente voltou à calma, acrescentou, com a mesma serenidade:

***“Mas nunca pode ser como a espada. Longa e chata.”***

Esse era Luiz Alfredo Falcão Bauer. Um homem de extraordinário conhecimento técnico, mas que jamais abriu mão do bom humor, da leveza e da capacidade de comunicar ideias complexas de forma simples e memorável. Tive o privilégio de conviver com ele, de desfrutar de sua amizade já numa fase mais avançada de sua vida, e guardo com especial carinho o fato de ter sido convidado pela família a prestar depoimento no livro escrito em homenagem à sua memória.

Aquela frase, dita quase como um aparte bem-humorado, acabou se tornando uma lição duradoura. Não apenas sobre palestras, mas sobre comunicação, equilíbrio e respeito pelo tempo e pela atenção do outro. Uma lição simples, espirituosa e definitiva, exatamente como ele sabia fazer.

26



**A frase proibida em  
véspera de eleição**

## *26. A frase proibida em véspera de eleição*

As eleições legislativas de 1974 marcaram uma inflexão decisiva na história política brasileira. Desde o movimento militar de 1964, era a primeira vez que a oposição reunia condições reais de conquistar vitórias expressivas em praticamente todos os estados, abrindo espaço significativo no Senado e alterando o equilíbrio de forças no Congresso Nacional. O país vivia um momento de expectativa contida, e os resultados daquela eleição seriam acompanhados com atenção incomum.

Eu era então um adolescente profundamente interessado por política e acabei vivenciando aquele processo de maneira direta e privilegiada. Meu pai, Desembargador Ayrton Maia, integrava como juiz o Tribunal Regional Eleitoral e foi designado para compor a Comissão Apuradora do Estado. Tratava-se de uma novidade à época, pela primeira vez, a totalização dos votos utilizava computadores, o que tornava o processo ainda mais cuidadoso e cercado de curiosidade.

Por causa dessa proximidade natural com meu pai, que sempre me manteve por perto desde a infância, passei a frequentar o Tribunal Regional Eleitoral durante os dias de apuração. As sessões se estendiam por longos períodos. Eram dias e dias de trabalho intenso, acompanhados por políticos, candidatos e lideranças que aguardavam, sentados no auditório, os resultados que só chegariam lentamente. Naquele tempo, disputavam-se apenas cargos legislativos, mas a tensão não era menor por isso.

Foi nesse ambiente que tive a honra de conhecer uma figura

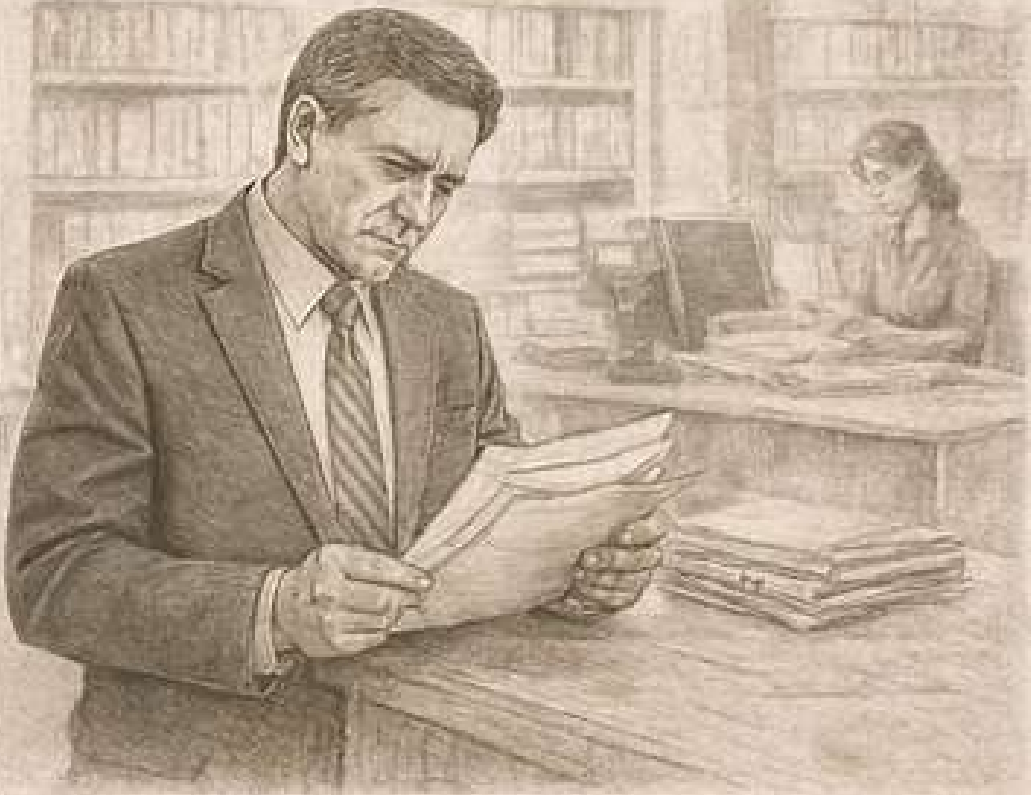
humana marcante, o Deputado Renato Azeredo, então presidente em Minas Gerais do MDB, o Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição à ARENA, a Aliança Renovadora Nacional. Apesar da pressão do momento, ele sempre demonstrava uma atenção especial em conversar comigo. Falava com paciência, escutava, explicava, como quem entende que a política também se constrói pelo diálogo e pela formação.

Guardo com nitidez uma passagem que ele costumava comentar, enquanto os votos ainda estavam sendo apurados e ninguém sabia ao certo quem seriam os eleitos. Dizia que, em suas andanças pelo interior, havia uma frase que ele simplesmente abominava ouvir. Quando alguém se aproximava e dizia que ele não precisa fazer tanta força, e a explicação vinha de forma implacável, quase como um elogio mal colocado:

***“Uma pessoa como o senhor já está eleita.”***

O Deputado explicava que aquela era, talvez, a pior frase que um político poderia ouvir. Quando as pessoas acreditam que alguém já está eleito, passam a direcionar seus votos para outros candidatos, muitas vezes por gentileza, homenagem ou simpatia circunstancial. O resultado é que o candidato supostamente “garantido” acaba enfraquecido justamente pela falsa sensação de segurança que o cerca.

Essa observação, feita num tom simples, mas carregada de experiência, ficou gravada em mim. Era uma lição sobre política, mas também sobre a vida, nada se consolida antes da hora, e a confiança excessiva pode ser tão perigosa quanto a dúvida. Para um jovem atento, acompanhando pela primeira vez os bastidores da democracia, aquela convivência foi uma escola silenciosa, daquelas que ensinam sem precisar levantar a voz, como foi o caso do saudoso Renato Azeredo, de quem guardo uma gostosa lembrança.



**O advogado que era  
“funcionário” de um  
renomado escritório de  
advocacia**

## *27. O advogado que era “funcionário” de um renomado escritório de advocacia*

Com o crescimento da judicialização no Brasil, especialmente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Judiciário passou por uma transformação profunda. Os processos que antes eram contados aos milhares passaram a chegar aos milhões. A estrutura se agigantou, a tecnologia avançou, os autos se tornaram eletrônicos e, pouco a pouco, as relações entre os diversos atores da Justiça foram se tornando cada vez mais impessoais.

Mas não era assim nos anos 1980 e 1990, período que acompanhei de perto quando atuava como perito judicial e assistente técnico. Naquele tempo, a Justiça era vivida de maneira muito mais direta. Advogados, partes e peritos iam aos cartórios, literalmente encostavam a barriga no balcão, aguardavam sua vez, quando começaram a surgir as primeiras senhas e eram atendidos por escreventes que conheciam os processos pelo nome, pelo número e, muitas vezes, pela história. Os autos eram físicos, pesados, manuseados ali mesmo, trazidos em mãos para consulta ou preparados para carga sem maiores formalidades.

Foi nesse ambiente que ocorreu um episódio revelador da natureza profundamente humana da Justiça daquele tempo. Um processo exigiu a realização de prova pericial. E fui nomeado perito para cumprir aquele ofício, tendo apresentado o laudo pericial e seguiu-se o curso natural do processo. Como é legítimo, um dos advogados, sentindo-se prejudicado pelas conclusões técnicas, apresentou impugnação. Até aí, nada além do esperado.

O problema é que, naquele caso específico, a insurgência extrapolou o campo técnico. As críticas passaram do conteúdo do laudo para a pessoa do perito. Não houve agressão aberta, mas as palavras escolhidas carregavam um peso que ia além do debate processual, tocando o terreno pessoal.

O perito foi intimado a prestar esclarecimentos. Ao tomar conhecimento dos termos utilizados, sentiu-se ofendido e ficou aborrecido com aquela situação. Conhecia bem o advogado que subscrevera a manifestação. Sabia que ele integrava um escritório tradicional, cujo nome remetia a um advogado mais velho e renomado, fundador da banca. Sabia também que aquele advogado, embora já fosse sócio e figura central do escritório, era muitas vezes visto como uma espécie de apêndice do sócio que emprestava o nome à firma, algo que, segundo se comentava, lhe causava profundo incômodo.

Não era a primeira vez que esse perito presenciava situações em que o advogado fazia questão de afirmar sua autonomia, sua condição de sócio em pé de igualdade, sua identidade própria dentro do escritório. E foi justamente ali que surgiu a resposta, tão sutil quanto certa.

Nos esclarecimentos apresentados ao juízo, o perito iniciou sua manifestação com uma frase aparentemente neutra, mas cuidadosamente construída:

***“Lamentável que os ataques ao perito partam de um advogado que é funcionário de um dos mais renomados escritórios de Minas Gerais.”***

A frase seguiu adiante, técnica, formal, mas o efeito já estava produzido, pois tomou conhecimento da reação do advogado. Relatos que chegaram ao seu conhecimento, falavam, ao ler aquele trecho no

balcão da secretaria, o advogado teve uma explosão de ira. Passou a repetir, em voz alta, para quem quisesse ouvir, que não era funcionário, mas sócio daquele escritório e não devia subordinação a ninguém. Perdeu completamente o controle. Exatamente como o perito imaginara.

Naquele instante, quem havia atacado sentiu o golpe. Não houve réplica, nem necessidade de explicações adicionais. O episódio encerrou-se ali, como tantos outros daquela época, deixando uma lição silenciosa sobre a suscetibilidade e o poder das palavras, especialmente quando usadas com precisão cirúrgica.

Era a Justiça de um tempo em que tudo era mais próximo, mais humano e, por isso mesmo, mais revelador das fragilidades e dos temperamentos de quem dela participava.

28



**O laudo de avaliação que  
não considerou o amor**

## *28. O laudo de avaliação que não considerou o amor*

No início da minha vida profissional, logo após me formar em Engenharia Civil, comecei a atuar na área de Engenharia de Avaliações e Perícias. Foi nesse momento que conheci um profissional muito mais experiente do que eu, já em idade mais avançada que a minha, mas com quem estabeleci, desde o primeiro contato, uma afinidade imediata. Era o Dr. Orlando Andrade Rezende, com quem tive a oportunidade de dividir, pouco tempo depois, trabalhos de assistência técnica junto à Rede Ferroviária Federal.

Essa convivência profissional logo se aprofundou. Cerca de três anos após minha formatura, surgiu a oportunidade de participar de um trabalho de grandes proporções, que nasceu justamente dessa atuação conjunta. Um jovem advogado que atuava conosco na empresa estatal havia sido aprovado em concurso para juiz de direito e foi designado para a comarca de Brumadinho. Naquele momento, iniciava-se a construção de um grande reservatório de água da Copasa, o Reservatório do Rio Manso, obra de enorme impacto e que envolvia um número expressivo de desapropriações.

O novo juiz, Dr. Plauto Chaves, convidou o Dr. Orlando e a mim para atuarmos como peritos oficiais do juízo em todas aquelas desapropriações. Assim começou uma jornada cuja complexidade e volume de trabalho são difíceis de descrever. Foram meses intensos, processos numerosos, áreas extensas, realidades muito diversas.

Para mim, foi uma verdadeira escola. Eu aprendia diariamente com a experiência, a sabedoria e o domínio técnico de um engenheiro com

muito mais vivência do que eu. Procurava acompanhá-lo em tudo, absorver o método, a postura e o cuidado com cada detalhe. Muitas vezes, embora designados como peritos em processos diferentes, saíamos juntos para as diligências, pois a região era a mesma, e o trabalho acabava sendo naturalmente compartilhado.

Nossa rotina começava com o estudo do cadastro prévio elaborado pela Copasa, contendo as informações sobre áreas e benfeitorias existentes. Com esse material em mãos, dirigíamo-nos às propriedades, sempre acompanhados dos assistentes técnicos, para conferir os dados, ouvir os proprietários e verificar se havia divergências ou algo a complementar.

Em uma dessas visitas, um proprietário afirmou que tudo o que constava no cadastro correspondia exatamente ao que existia no local. Em seguida, acrescentou que já havia tomado conhecimento de outros trabalhos que realizávamos e, dirigindo-se diretamente ao Dr. Orlando, fez uma observação carregada de emoção, dizendo que estávamos nos esquecendo de algo muito importante, o amor que eles tinham por aquela terra.

Era, sem dúvida, uma colocação legítima do ponto de vista humano. Tratava-se de alguém que havia nascido ali, vivido ali, assim como seus pais. A desapropriação, por mais necessária que fosse, significava o deslocamento de uma história inteira. Havia ali uma dimensão subjetiva que nenhum laudo seria capaz de capturar.

O Dr. Orlando ouviu com atenção. Em seguida, com o bom humor sereno que lhe era característico, respondeu com simplicidade:

***“Meu senhor, me desculpe, mas nesses tantos anos de vida eu ainda não aprendi a avaliar o amor.”***

A frase encerrou o assunto com delicadeza, sem desrespeito e sem confronto. E acabou se tornando uma anedota recorrente daquele período tão intenso e marcante da nossa vida profissional. Mais do que uma resposta espirituosa, era a síntese perfeita dos limites entre a técnica e a emoção, uma lição que sempre me acompanhou.



**A viagem dos solteiros que  
foi parar no Fantástico**

## *29. A viagem dos solteiros que foi parar no Fantástico*

Em 1994, quando o Brasil se sagrou campeão da Copa do Mundo nos Estados Unidos, um grupo de amigos de Belo Horizonte teve uma ideia tão ousada quanto bem-humorada. Logo após a final, alguém sugeriu que começássemos a nos preparar, desde já, para a Copa seguinte, que aconteceria na França, em 1998. Como o campeão da edição anterior já estava automaticamente classificado, parecia o momento perfeito para planejar com calma uma viagem entre amigos.

A solução encontrada foi engenhosa. Um dos integrantes do grupo, gerente de agência bancária, passou a emitir carnês mensais, e todos nós começamos a pagar, religiosamente, pequenas parcelas. A ideia era simples, juntar recursos ao longo de quatro anos para que, quando chegasse a hora, estivéssemos prontos. Éramos amigos de longa data, acostumados a nos encontrar semanalmente para happy hours, conversas intermináveis e, claro, para assistir às Copas juntos.

O tempo passou, os carnês foram pagos, e o plano deu certo. Ao final, adquirimos um pacote para assistir aos jogos da primeira fase e embarcamos 18 amigos rumo à França. Chegamos a Paris em uma quinta-feira. A Copa só começaria na terça-feira seguinte, o que nos deu alguns dias livres para aproveitar a cidade, que já respirava futebol.

Logo no primeiro dia, o grupo naturalmente se dividiu. Alguns, aficionados por tênis, resolveram ir a Roland-Garros, onde acontecia um torneio da ATP. Outro grupo, do qual eu fazia parte, decidi passear pela Champs-Élysées e almoçar por ali. Escolhemos um restaurante

tradicional, o Romain Bistrô, localizado na parte alta da avenida, já próximo ao Arco do Triunfo.

Subimos uma ampla escada interna situa do centro do restaurante, nos acomodamos no segundo andar, almoçamos com calma, acompanhando tudo com vinho, risadas e aquela sensação de que a viagem havia começado do jeito certo. Ao final, descemos por esta escada central do restaurante, em fila quase indiana, direcionados à porta de saída.

Foi aí que demos de cara com uma cena inesperada. Na porta estava a consagrada repórter Glória Maria, acompanhada de dois cinegrafistas da Rede Globo. Paris era uma festa, e ela claramente buscava histórias para o noticiário. Ao ver aquele grupo de cerca de oito homens, todos usando camisas polo iguais, com a inscrição Amigos da Copa, ela imediatamente se interessou.

Quis saber quem éramos, de onde vínhamos e o que fazíamos ali. Explicamos a história do grupo, a ideia dos carnês, a amizade de muitos anos. Animados, e também ajudados pelo vinho, aceitamos a proposta de gravar uma matéria. Caminhamos em direção ao Arco do Triunfo, voltamos para dentro do restaurante, repetimos cenas, como manda o ritual da televisão.

Ao final, ela reuniu o grupo e, ao saber que a maioria era formada por homens casados, fez a pergunta inevitável, como as esposas haviam permitido aquela viagem? Respondemos com naturalidade. Éramos amigos de longa data, quase todos já com filhos, uma viagem combinada com anos de antecedência, absolutamente tranquila.

Foi nesse momento que entrou em cena Mauro Ballesteros, amigo querido que infelizmente já nos deixou. Coincidentemente, um dos mais

altos do grupo. Ele se aproximou por trás da roda, com aquele sorriso maroto, e soltou, em tom de brincadeira, um comentário que vinha sendo repetido entre nós durante a viagem:

***“A verdade é que, quando viajamos solteiros, gastamos a metade e aproveitamos o dobro.”***

Todos rimos, uma vez que era claramente uma piada. O que ninguém imaginava é que aquela matéria iria ao ar no Fantástico, no domingo, e ainda como uma das reportagens de destaque. Na edição final, Glória Maria ressaltou que éramos todos casados, mas estávamos sem as esposas, e, logo em seguida, entrou exatamente aquela fala espirituosa.

A repercussão foi imediata. Amigos ligaram, conhecidos comentaram e, como era previsível, o estresse doméstico foi geral. A solução encontrada para restaurar a paz conjugal foi prática e objetiva, cada um de nós foi obrigado a levar uma bolsa Louis Vuitton de presente para sua respectiva esposa.

Há apenas um detalhe final, que sempre torna a história ainda melhor, o inesquecível Mauro Ballesteros, autor da famosa frase, era um dos poucos realmente solteiros do grupo.

# 30



**A forma correta de se fazer  
um discurso**

### *30. A forma correta de se fazer um discurso*

Quando o ministro Olympio Pereira da Silva Júnior exerceu a presidência do Superior Tribunal Militar, recebeu uma homenagem em Belo Horizonte, promovida pelo advogado Décio Freire, em uma cerimônia realizada nas dependências de seu escritório. O ambiente era propositalmente informal, sem o ritual rígido que normalmente cerca esse tipo de evento, o que contribuiu para uma atmosfera leve e descontraída.

Desde o início, o ministro mostrou-se extremamente simpático e afável. Circulava entre os grupos que se formavam, conversava com todos, demonstrando uma naturalidade rara em alguém acostumado a cargos tão elevados. Após esse primeiro momento de descontração, foi anunciado que seria feita uma homenagem um pouco formal e, em seguida, ele faria algumas palavras de agradecimento.

Quando lhe passaram a palavra, o Ministro se colocou de pé, olhou serenamente para todos e começou dizendo que, em geral, quando o público ainda não conhece o orador, surge sempre uma apreensão silenciosa, especialmente quanto ao tempo que aquele discurso poderá tomar. Fez então uma breve pausa, como quem prepara o terreno, e tranquilizou a plateia dizendo que havia aprendido uma máxima simples, mas infalível, sobre como um orador deveria proceder, e anunciou com clareza e bom humor:

***“Um discurso deve ser feito de pé, para você ser visto, falado alto, para ser ouvido, mas, principalmente, ser breve, para ser aplaudido.”***

A frase caiu como uma lição perfeita. Houve risos imediatos, seguidos de aplausos espontâneos. Aquilo me marcou profundamente. Achei de uma genialidade singela, dessas que dizem muito com poucas palavras e ficam guardadas para sempre.

Algum tempo depois, quando tive a honra de receber o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, essa lembrança me voltou a mente. Diante de um ambiente solene, no plenário da Câmara, com muitas autoridades, amigos e familiares presentes, resolvi recorrer àquela mesma máxima, talvez como uma forma de aliviar a tensão natural do momento.

Ao subir à tribuna para o discurso de agradecimento, antes mesmo das saudações protocolares, repeti a frase do ministro. O efeito foi imediato. Uma gargalhada geral tomou conta do plenário, seguida de aplausos sinceros. Aproveitando o clima, respondi, em tom de brincadeira, que ainda não havia terminado, mas estava apenas começando.

# 31



O resto e os demais

### *31. O resto e os demais*

A eleição indireta de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, foi o desfecho de uma complexa e cuidadosa teia de articulações políticas que uniu a oposição ao regime militar e setores dissidentes da própria base governista. Tratou-se de um momento decisivo da história brasileira, que marcou o encerramento formal de duas décadas de presidentes militares e abriu caminho para a transição democrática, construída mais pela negociação e pelo consenso do que pelo confronto.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente, a oposição foi obrigada a reorganizar sua estratégia dentro das regras institucionais então vigentes. O palco passou a ser o Colégio Eleitoral, composto por deputados, senadores e delegados estaduais, onde, em tese, predominava a maioria vinculada ao governo.

O grande trunfo de Tancredo foi sua capacidade de aglutinar forças políticas divergentes, liderando a formação da Aliança Democrática, que reuniu o PMDB e dissidentes do PDS, inconformados com a candidatura oficial de Paulo Maluf. Esse rompimento deu origem à Frente Liberal, grupo decisivo para a vitória da oposição e que trouxe consigo figuras centrais do processo, como José Sarney, indicado vice-presidente da chapa.

Embora a eleição fosse indireta, Tancredo soube capitalizar o forte sentimento popular por mudança, amplamente manifestado no movimento das Diretas Já. O apoio de lideranças políticas, artistas e amplos setores da sociedade civil exerceu pressão moral e política sobre

os integrantes do Colégio Eleitoral, criando um ambiente de quase consenso em torno da necessidade de redemocratização. No dia 15 de janeiro de 1985, esse conjunto de articulações se materializou na vitória de Tancredo Neves, com 480 votos contra 180 do candidato governista, resultado que simbolizou a escolha de um novo rumo institucional para o país.

É nesse contexto que se insere o episódio a seguir. Trata-se de um fato curioso e sem maior relevância histórica, mas que revela, com rara precisão, traços marcantes da personalidade, da sensibilidade humana e do carisma político de Tancredo.

Na organização da comitiva que se deslocaria para o local da votação, um assessor anunciou, de forma prática, que Tancredo, sua esposa, o candidato a vice-presidente Sarney e ele próprio seguiriam em um automóvel, enquanto “o resto” iria nas vans de apoio. Tancredo, ao ouvir a expressão, interrompeu-o de imediato e, com firmeza serena, corrigiu:

***“O resto, não, os demais.”***

O reparo foi breve, quase imperceptível para quem não estivesse atento, mas carregado de significado. Ali se manifestava, em um gesto simples, o respeito pelas pessoas, a atenção à palavra dita e a consciência simbólica da linguagem, marcas constantes de sua trajetória política, o que se mostrava inclusive nos detalhes.

32



**O melhor vinho já  
degustado**

## 32. *O melhor vinho já degustado*

Todos aqueles que me conhecem sabem da enorme ligação que eu tenho com o mundo do vinho. Ao longo dos anos, essa relação deixou de ser apenas prazer ou curiosidade e ocupou um espaço mais profundo, quase estrutural, na minha forma de enxergar encontros, histórias e pessoas. A ponto, inclusive, de eu já ter me dedicado ao atrevimento de escrever sobre esse universo tão vasto quanto fascinante.

É justamente por isso que recorro aqui a um dos livros mais emblemáticos que conheço sobre o tema, *Vinho & Guerra* (Wine & War, de Don e Petie Kladstrup). Nele há uma passagem que sempre me marcou, não pela descrição de grandes rótulos ou safras raras, mas pela maneira como o vinho se transforma, em plena Segunda Guerra Mundial, em instrumento de resistência, dignidade e sobrevivência.

A história envolve Gaston Huet, produtor de Vouvray, que estava preso como oficial francês em um campo de prisioneiros na Alemanha. No fim de 1942, após mais de dois anos de cativo, Huet percebeu que não era apenas a fome que destruía os homens, mas a rotina opressiva, o tédio e a perda progressiva da dignidade. Foi então que lhe ocorreu uma ideia improvável, organizar uma espécie de “festa do vinho”, para celebrar um ritual, que se transformaria em um momento de conversa, de lembrança, de humanidade preservada em meio à barbárie.

O problema era evidente. Como fazer o vinho chegar até ali? Os prisioneiros tinham direito ao envio mensal de pacotes vindos de casa, os chamados tickets colis. No entanto, esses pacotes eram sistematicamente abertos, e qualquer item considerado inadequado ou

valioso era confiscado. Garrafas de vinho, evidentemente, dificilmente passariam despercebidas.

A virada do episódio, tal como relatada no livro, revela ousadia e desespero na mesma medida. Huet decidiu pressionar o comandante do campo com uma ameaça velada de denunciar à Gestapo um campo vizinho, supostamente ocupado por criminosos comuns, onde haveria vinho e destilados em circulação, algo expressamente proibido pelos regulamentos. O temor da Gestapo falou mais alto. Para evitar problemas, o comandante aceitou fechar os olhos e permitir a entrada das remessas de vinho destinadas àquela celebração, em troca do silêncio de Huet.

A “festa” aconteceu em pleno inverno europeu, no dia 24 de janeiro de 1943, data de São Vicente, padroeiro tradicional dos viticultores na França. Mais do que vinho, celebrou-se ali a memória, a conversa e a resistência íntima de homens que se recusavam a ser reduzidos apenas à condição de prisioneiros.

Anos depois, já em liberdade, ao prestar este depoimento aos autores do livro, Gaston Huet foi questionado sobre qual teria sido o melhor vinho que bebera em toda a sua vida. Não citou rótulo, safra ou produtor. Apenas contou essa história e concluiu, com simplicidade desarmante que o melhor vinho que bebera foi aquele que estava no copo naquele momento.

Essa resposta sempre me acompanhou. Talvez porque ela retire o vinho do território da técnica e o devolva ao seu lugar mais verdadeiro, o da experiência humana, do contexto, da emoção compartilhada.

Curiosamente, muitos anos depois, enquanto eu escrevia meu primeiro livro sobre vinhos, vivi algo muito semelhante, em escala

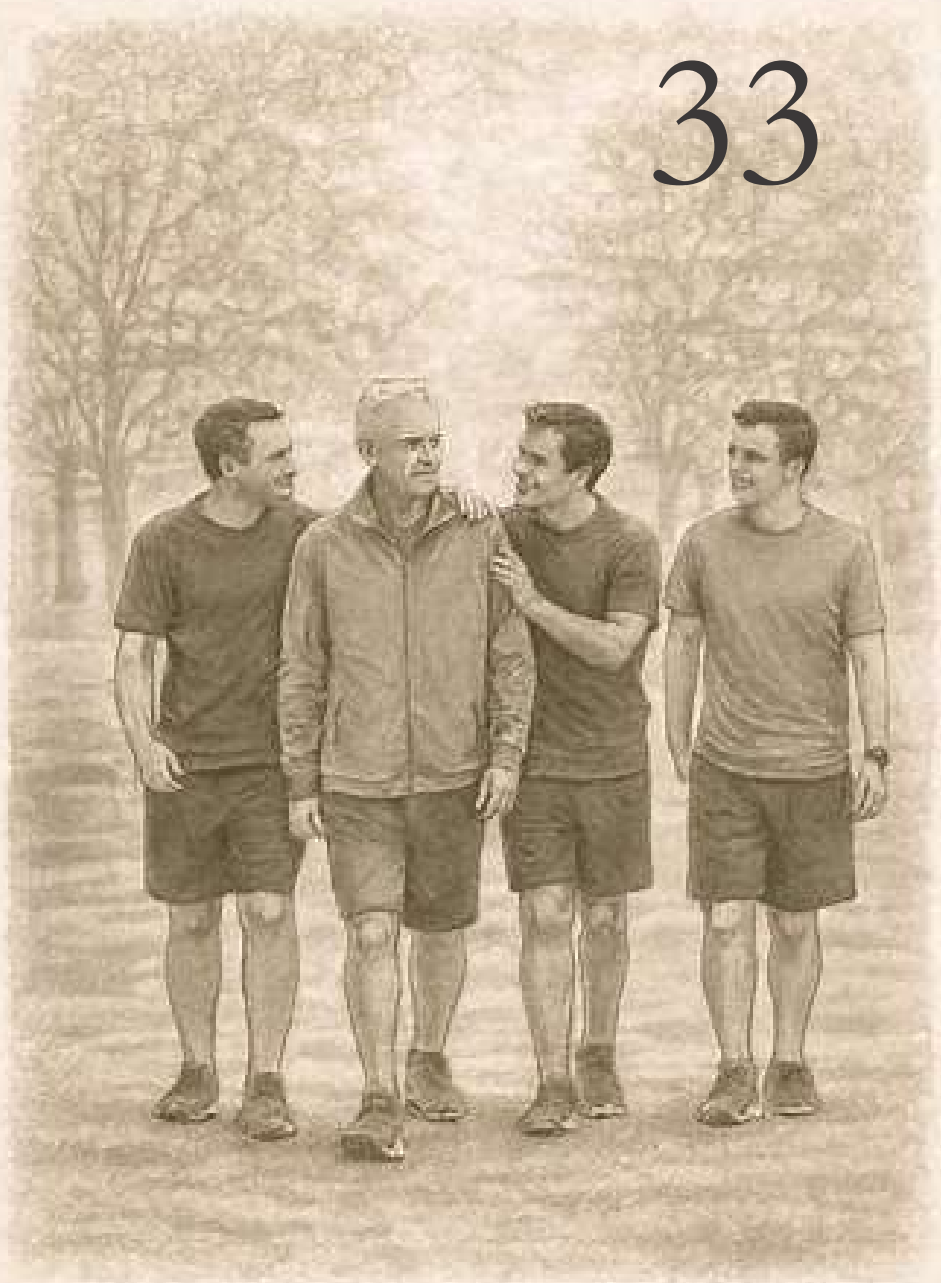
completamente diferente, mas com o mesmo sentido profundo. Conheci, então, Eduardo Serafim, de Ribeirão Preto. Nossos filhos são grandes amigos e, com o tempo, nós também nos tornamos amigos. Em uma conversa despreziosa, dessas que surgem sem intenção maior, ele me contou uma história de sua juventude.

Seu pai tinha um amigo, grande apreciador de vinhos, conhecedor de rótulos, regiões e estilos. Ele então lhe perguntou, certa vez, qual teria sido o melhor vinho que ele já havia degustado. A resposta veio imediata, sem qualquer hesitação:

***“Aquele que eu estava na melhor companhia.”***

Talvez seja isso que une essas histórias, separadas por décadas, geografias e circunstâncias tão distintas. No fim das contas, o vinho não é apenas o que está dentro da garrafa. É o momento, é o encontro, é a memória que se constrói ao redor da taça.

33



O lema do puxa-saco

### 33. *O lema do puxa-saco*

O Minas Tênis Clube sempre foi mais do que um clube de Belo Horizonte, ele é quase uma extensão da cidade e, para muitos de nós, um capítulo inteiro da vida. Ao longo de quase um século, foi palco de grandes conquistas esportivas, especialmente no vôlei, no basquete e na nataçãõ, mas também cenário de amizades, encontros e histórias que atravessam gerações.

Comecei a frequentar o Minas ainda no início da década de 1970. Ali vivi boa parte da minha juventude e construí laços que conservo até hoje. O tempo passou, a vida adulta chegou, mas o hábito permaneceu. Sempre me dirigia às unidades do clube, sobretudo à unidade central, em Lourdes, que acabou se tornando quase um quintal de casa. Não por acaso, logo depois de casar, fui morar muito próximo dali.

Foi nesta época que resolvi me matricular na academia do clube, que abria às sete da manhã, mas eu sempre chegava antes, pois acordar cedo nunca foi um problema para mim. Às seis horas, quando o clube abria, algumas pessoas faziam uma caminhada interna, aproveitando o silêncio e a tranquilidade daquele horário. Acabei me juntando a elas, caminhava até chegar a hora da musculação e, assim, unia o útil ao agradável.

Entre essas pessoas estava o ex-governador de Minas Gerais, Dr. Francelino Pereira, uma figura absolutamente encantadora, sereno, educado e simples como poucos. Caminhar ao lado dele era uma aula diária de elegância e humildade, pois era totalmente despido de vaidade, sem qualquer traço de arrogância, conversava com todos com

naturalidade. Volta e meia alguém se aproximava para cumprimentá-lo. Alguns eram apenas respeitosos, outros nem tanto. Havia quem exagerasse na deferência, escorregando para a bajulação explícita.

Num desses dias, após a saída de um desses entusiastas mais exagerados, um dos nossos companheiros comentou, meio em tom de desabafo, que aquele cidadão era um autêntico puxa-saco.

O governador apenas sorriu, aquele sorriso maroto de quem entende o mundo e prefere não dizer nada. Foi então que eu, sem pensar muito, emendei:

***“Pois é, governador, o saco é o corrimão da vida.”***

A reação foi imediata e inesperada. Ele começou a rir de forma tão intensa, tão descontrolada, que acabou engasgando. Teve um mal-estar, precisou parar, sentar, ser socorrido. A caminhada foi interrompida, mas a gargalhada ficou. O susto passou rápido, e o episódio virou motivo de riso para todos nós.

A partir daquele dia, sempre que nos encontrávamos, ele fazia questão de lembrar da cena. Brincava comigo, lançava olhares cúmplices e soltava algum comentário do tipo:

***“Olha os puxa-sacos por aí...”***

Era impossível não rir. Uma pequena história, simples e absolutamente banal, mas que guardo com enorme carinho. Porque, no fundo, é disso que são feitas as boas memórias, as frases inesperadas, ditas sem ensaio, e risadas que atravessam o tempo.



O hambúrguer e o bife

## 34. *O hambúrguer e o bife*

Paul Newman e Joanne Woodward constituíram um casal cuja história de vida, ainda que protagonizada por duas grandes celebridades do cinema do século XX, se pareceu menos uma narrativa de Hollywood e mais uma história sobre escolhas. Trata-se de uma vida pautada pela discrição do casal, que pouco se anunciavam, não faziam muito barulho, mas viveram uma vida de afirmação todos os dias, longe das câmeras.

Na noite do Oscar de 1969, por exemplo, deram um exemplo de ausência de deslumbramento, mostrando que não precisavam provar algo, quando atravessaram o tapete vermelho como sempre atravessaram a vida, uma ao lado do outro, de mãos dadas, sem pressa. Paul Newman já era um mito, exibindo os famosos olhos azuis que pareciam concentrar todos os desejos de uma época, onde se via fama, convites, festas, atrizes e oportunidades fáceis. Tinha um mundo inteiro à disposição, e, ainda assim, havia anos de fidelidade à mesma mulher.

Foi nessa época que um jornalista desferiu uma pergunta direta a Joanne, indagando se ela não tinha medo de ser traída. Foi quando Paul ouviu e adentrou na conversa, respondendo de imediato, com o humor característico que sempre usava para falar do que era sério:

***“Por que sair para comer um hambúrguer quando se tem um bife em casa?”***

A história dos dois começou quando se conheceram em 1953, e Paul era casado e trazia consigo um passado desorganizado. Por seu turno, Joanne não dramatizou, não implorou, não negociou, apenas

deixou claro para ele que deveria escolher entre colocar a vida em ordem ou deixar que ela seguisse adiante. A escolha foi óbvia, e ele resolveu mudar, se casaram discretamente em Las Vegas, em 1958, e nunca mais deixaram de ser observados, mesmo com Hollywood tentando de tudo para separá-los, por meio do sucesso, ego e vaidade, mas não conseguiu.

Joanne brilhou com luz própria, ganhou o Oscar antes dele, e Paul fazia questão de empurrá-la sempre para a frente, como quem dissesse ao mundo o que é reconhecer a grandeza do outro. Construíram uma vida de silêncio maduro e de riso simples, que lhes deu filhas. Criaram a Newman's Own e transformaram lucro em generosidade, mostrando que o sucesso só faz sentido quando repartido.

Também conheceram um outro lado da vida, onde a dor não escolhe lado, quando o filho de Paul, do primeiro casamento, morreu vítima das drogas. Ele desabou, mas Joanne ficou, e, mais tarde, quando ela fraquejou, Paul se tornou chão.

Naquela noite do Oscar, eles não estavam apenas elegantes, mas eram a prova silenciosa de que iriam sobreviver mesmo onde tudo parece descartável. Paul costumava brincar que na lápide estaria escrito que falhou porque seus olhos ficaram castanhos. Mas sabia, como poucos, que fama passa e a beleza se dissolve.

Em 2008, aos 83 anos, Paul Newman morreu, com Joanne ao seu lado. Foram cinquenta anos de casamento e cinquenta anos de escolhas renovadas, uma a uma. No funeral, Robert Redford disse que o homem da tela era o mesmo da vida real, sem escândalos e sem ruído, mas apenas um homem que soube permanecer.



**Parente e dor de dente**

## 35. *Parente e dor de dente*

Essas memórias não estariam completas se eu não falasse de um amigo irmão de toda uma existência, meu sempre querido e inesquecível Paulo Roberto Ligório. Durante 55 anos, até sua partida precoce, fomos amigos inseparáveis e compadres, dividindo momentos de grandes recordações e também fases difíceis, mas que nunca nos separamos.

Paulinho foi, sem dúvida, a pessoa mais espirituosa com quem convivi, o que é reconhecido por todos os nossos amigos, pois tinha um raciocínio rápido, uma ironia fina, nunca ofensiva, e tiradas tão geniais que, não fosse o caráter íntimo e circunstancial da maioria delas, renderiam facilmente um livro. Eram brincadeiras próprias do nosso convívio, da linguagem e das referências das nossas turmas, sem pretensão de alcance universal, mas que sempre nos rendiam boas risadas.

Uma dessas passagens, porém, tinha um sentido mais amplo e até hoje me vem à memória, pois envolveu um episódio que reunia dois fatos amplamente conhecidos que se cruzaram, o exercício da presidência da Câmara dos Deputados pelo então Deputado Eduardo Cunha e a triste epidemia de Chikungunya que assolava o país naquele período.

Estávamos uma quarta-feira à noite na Winner, uma tradicional academia de tênis de Belo Horizonte, ponto de encontro semanal de amigos de mais de 40 anos, quando cheguei e o Paulinho, ao me olhar, disse que eu estava muito parecido com o referido deputado. Em seguida, fazendo a associação com a doença que dominava as manchetes, arrematou, que eu agora seria o **“ChicoCunha”**. Num só golpe, uniu o

nome do político, a epidemia e o meu apelido, criando uma montagem absolutamente criativa e, como sempre, irresistivelmente engraçada.

Paulinho também adorava contar histórias de seu pai, Dr. Afonso Ligório, homem de rara elegância e gentileza, com quem tive a felicidade de conviver, que havia concluído sua graduação em Engenharia na tradicional Escola de Minas de Ouro Preto e protagonizava muitos casos. Em uma conversa sobre determinadas pessoas, alguém comentou que estava muito aborrecido com um parente, que só o procurava em momentos de dificuldade, sempre com pedidos mirabolantes, que o colocavam em situações desconcertantes. Paulinho imediatamente interrompeu, com a sabedoria herdada do pai, citando uma frase que ele se recordava da antiga faculdade mineira, e arrematou:

***“Parente é igual dor de ente, quanto mais longe, melhor para a gente”.***

A frase obviamente não pode ser generalizada, mas se aplicava bem à presente situação, pois representava uma ameaça constante de uma pessoa que somente se aproximava do nosso amigo para trazer-lhe desconfortos, portanto, o recomendável é que ficasse longe dele, assim como o incômodo de uma dor de dente. E, no fundo, Paulinho tinha razão, pois existem pessoas que realmente é melhor o afastamento do que a aproximação, mas o mais importante deste episódio foi o seu tirocínio rápido para emendar com uma frase engraçada, cuja rima lhe caía bem.



## A astúcia na permuta de imóvel

## 36. *A astúcia na permuta de imóvel*

Difícil relacionar todas as pessoas com quem convivi ao longo da vida das quais guardo boas lembranças, e ainda mais difícil destacar aquelas que mais me marcaram, sem cometer injustiças. Ainda assim, há encontros que deixam marcas claras. Um deles foi com David Malamud, comerciante da comunidade judaica de Belo Horizonte, por quem sempre nutri grande apreço, um sentimento que sempre foi recíproco, pelas inúmeras demonstrações de amizade de que fui merecedor.

No final dos anos 1990 e início dos 2000, Davi era proprietário da Baby, talvez a única grande loja da cidade especializada em roupas e artigos para recém-nascidos e crianças, localizada na Savassi. Era um comerciante astuto, extremamente inteligente, rápido no raciocínio e com raro talento para os negócios. Além do comércio, atuava com desenvoltura no mercado imobiliário, o que também nos aproximou, somando-se à amizade comum que nos unia a Walter Santos, grande amigo e parceiro, com quem cheguei a prestar serviços profissionais na área do direito imobiliário, o que também me trouxe um bom aprendizado.

Uma dessas lições ficou gravada de forma definitiva, quando Davi colocou à venda um imóvel comercial e, como era natural, começaram a surgir interessados. Em uma das negociações, da qual fui testemunha, o pretendente propôs pagar metade do valor em dinheiro e a outra metade mediante a entrega de um imóvel residencial. Após analisar o bem, fazer algumas consultas e ponderações, Davi perguntou ao comprador se ele realmente tinha convicção de que aquele imóvel valia o preço que estava atribuindo.

Como a resposta voltou afirmativa, segura e enfática, Davi então reagiu com absoluta serenidade e lógica implacável, dizendo que, diante daquela convicção, da qual não poderia duvidar, lhe levava a propor a seguinte solução para concluir a negociação:

***“Você terá seis meses para vender o imóvel por este valor e, ao final, pagar em dinheiro. Caso contrário, o imóvel será aceito por metade do preço que me foi ofertado.”***

Obviamente que a negociação terminou ali, uma vez que comprador não aceitou a condição sugerida, deixando claro que a proposta se sustentava apenas na tentativa de inflar artificialmente o valor de um imóvel que o mercado jamais absorveria por aquele preço.

Foi uma lição simples, elegante e definitiva sobre valor real, mercado e coerência. Uma daquelas lições que a vida ensina por meio das pessoas certas e que carregamos conosco para sempre.



**A mala comprada na  
loja de minha avó**

## 37. *A mala comprada na loja de minha avó*

Minha avó, Rosa Falci Maia, foi uma mulher admirável. Daquelas pessoas com quem tive o privilégio de conviver por pouco mais de trinta anos e de quem guardo lembranças afetuosas, vivas, quase sempre acompanhadas de um sorriso, mas também marcadas pela tenacidade e muitas vezes pela bravura incomum para uma mulher diosa naquela época.

Filha de imigrantes italianos praticamente sem instrução formal, que chegaram ao Brasil literalmente sem dinheiro, ela cresceu em um ambiente moldado pelo trabalho duro, pela economia rigorosa e por uma determinação inabalável. Seus pais, Francisco Falci e Maria Luisa Lovigo, construíram em Juiz de Fora uma família numerosa e um patrimônio respeitável. Tiveram uma das maiores empresas panificadoras da região e investiram também em diversos negócios imobiliários, inclusive em um dos loteamentos mais conhecidos da cidade.

Minha avó casou-se com um pequeno comerciante que, pouco a pouco, firmou-se com uma loja de calçados na rua Marechal Deodoro, tradicional polo comercial de Juiz de Fora, marcada pela presença de imigrantes, especialmente italianos, sírios e libaneses. Como era comum na primeira metade do século XX, a família morava nos fundos do próprio comércio. Ali, entre vitrines, caixas de sapato e o vai e vem dos fregueses, ela ajudava o marido na loja e cuidava da casa e dos filhos.

A vida, porém, lhe impôs uma prova dura. Com pouco mais de cinquenta anos, meu avô faleceu subitamente, durante o sono. De uma hora para outra, minha avó, ao lado de um dos filhos, precisou assumir

o comando do negócio, o que fez como se dizia na época, colocando a barriga no balcão. Atendia clientes, negociava, cobrava, decidia, mas era firme, direta e não se deixava intimidar. O temperamento italiano, intenso e orgulhoso, aflorava com naturalidade naquela mulher que nunca se curvou diante das dificuldades.

Foi nesse contexto que ocorreu um episódio que sempre me divertiu e diz muito sobre sua personalidade. Certo dia, um cliente comprou uma mala, pagou normalmente e foi embora. Poucos dias depois, minha avó o viu entrar novamente na loja, segurando a mesma mala. Antes mesmo que ele abrisse a boca, ela se adiantou, do alto de sua experiência com trocas e devoluções:

***“Meu senhor, não adianta insistir e nem tentar me convencer. Eu não trocarei esta mala.”***

O homem parou, surpreso, olhou para ela por alguns segundos e, com uma calma quase cautelosa, respondeu:

***“Não, senhora. Eu gostei tanto dessa mala que vim comprar outra igual.”***

Não preciso dizer o tamanho do constrangimento. Acostumada a clientes arrependidos, minha avó jamais imaginou que alguém pudesse voltar para comprar mais do mesmo produto. Sem graça, tentou contornar a situação como pôde, misturando um pedido de desculpas com aquele jeito meio duro, meio afetuoso que lhe era próprio.

Era assim Rosa Falci Maia, a D. Rosinha, uma trabalhadora incansável, orgulhosa, firme, mas profundamente humana. Uma mulher do seu tempo, forjada na adversidade, que deixou lições silenciosas e histórias que permanecem vivas na memória de quem teve a sorte de conhecê-la.



**O compromisso  
com o erro**

## 38. *O compromisso com o erro*

Médico de formação, mineiro de Diamantina, Juscelino Kubitschek construiu sua trajetória política em Minas Gerais antes de chegar à Presidência da República, entre 1956 e 1961, embalado pelo ambicioso lema “50 anos em cinco”. Seu governo apostou de maneira decidida no desenvolvimento, concentrando esforços em setores estratégicos como energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. A industrialização ganhou velocidade, a indústria automobilística se instalou no país e a infraestrutura avançou como nunca. Havia no ar um clima de confiança no futuro, que dialogava com o país de uma forma leve, o que levou a ser apelidado de Presidente Bossa Nova, com a arquitetura moderna e com a sensação de que o Brasil, enfim, entrava em movimento.

Entre as muitas frases que atravessaram o tempo e ajudaram a moldar a imagem de JK, uma sempre chamou atenção pela simplicidade e pela profundidade:

***“Costumo voltar atrás, pois não tenho compromisso com o erro.”***

Dita sem arroubos retóricos, essa afirmação revela muito do homem e do estadista que marcou uma das fases mais otimistas da história brasileira. Não era apenas uma tirada espirituosa, mas uma verdadeira declaração de método, quase uma confissão sobre como ele compreendia o exercício do poder. Para Juscelino, governar não significava apegar-se rigidamente a decisões tomadas, mas ter a coragem suficiente para revê-las quando os fatos assim exigissem.

A construção de Brasília, erguida em apenas quarenta meses e inaugurada em 1960, sintetiza como poucas obras essa visão ousada. Planejada no Planalto Central como instrumento de integração nacional, a nova capital exigiu decisões rápidas, ajustes constantes e, não raramente, correções de rota. É nesse contexto que a frase “não tenho compromisso com o erro” ganha sentido pleno. Para JK, insistir em um equívoco por vaidade ou rigidez ideológica era mais grave do que reconhecer a necessidade de mudar. Sua flexibilidade política não significava ausência de rumo, mas, ao contrário, compromisso com a realização.

É claro que o custo desse desenvolvimento acelerado foi elevado. A inflação cresceu, a dívida externa aumentou e muitas desigualdades persistiram e o próprio legado de Brasília foi alvo de críticas pelo impacto financeiro. Ainda assim, Juscelino Kubitschek permanece na memória nacional como um líder carismático, confiante e capaz de mobilizar o país em torno de um projeto. Seus erros, vistos à distância, parecem inseparáveis da ousadia que moveu seu governo. Talvez por isso sua frase continue tão atual, pois ela nos lembra que errar faz parte de qualquer grande empreendimento, mas permanecer no erro, por orgulho ou inércia, é uma escolha que nenhum verdadeiro líder deveria fazer.



## Os rins e a grama

## 39. *Os rins e a grama*

O anedotário nacional jamais estaria completo sem a presença de Aparício Torelly (1895–1971), eternizado sob o irônico título de Barão de Itararé. Jornalista, escritor, poeta e humorista, foi um dos grandes nomes do humor político brasileiro e um pioneiro no uso da sátira como instrumento de crítica social e institucional.

Gaúcho, destacou-se por seu espírito mordaz e pela coragem com que enfrentou ditaduras e figuras do poder. Fundador do jornal *A Manhã*, praticava o que ele próprio definia como “jornalismo mentira e humorismo verdade”, usando o riso como forma de contestação política. Militante comunista, teve o mandato de vereador cassado em 1947 e conheceu de perto a repressão, sendo preso diversas vezes, inclusive no navio-presídio *Pedro I*.

O título de Barão de Itararé foi uma criação deliberadamente irônica, inspirada na famosa “Batalha de Itararé”, episódio anunciado com grande expectativa durante a Revolução de 1930, mas que jamais ocorreu. Essa ironia, aliás, era a marca registrada de seu estilo. Frasista brilhante, deixou máximas que atravessaram gerações, como “O que se leva desta vida é a vida que se leva” e a célebre placa “Entre sem bater”, colocada na porta de seu escritório após ser espancado pela polícia do Estado Novo.

Conta-se que, certa vez, em uma aula de biologia, o professor perguntou a um aluno: “Quantos rins nós temos?”

“Quatro”, respondeu o estudante.

Surpreso e irritado, o professor retrucou com desdém: “Quatro?”

E, dirigindo-se ao assistente, ordenou: “Traga um pouco de grama, porque temos um burro na sala.”

Ao que o aluno completou, calmamente: “E um café para mim.”

Tomado pela fúria, o professor ficou tão bravo que expulsou o aluno da sala de aula. O aluno, no entanto, era o nosso personagem Aparício, então, ao sair da sala de aula, o aluno novamente teve a audácia de corrigir o professor furioso:

***"Você me perguntou quantos rins nós temos?  
Temos quatro rins, dois meus e dois seus.  
'Nós' é uma palavra que quer dizer plural.  
Aproveite sua refeição e coma sua grama."***

Poderíamos lembrar inúmeras outras histórias e tiradas memoráveis dessa figura central do humor brasileiro, mas este episódio talvez sintetize, com perfeição, seu espírito irreverente, sua inteligência rápida e a elegância com que transformava situações de autoritarismo em motivo de riso e reflexão.



**Ser ou não ser ministro**

## 40. *Ser ou não ser ministro*

Eduardo Portela foi um intelectual de formação sólida, crítico literário, ensaísta e educador respeitado, que jamais se confundiu com o poder. Doutor em Letras, professor emérito, diretor da revista e editora *Tempo Brasileiro* e, mais tarde, membro ativo da Academia Brasileira de Letras, ele chegou ao ministério em 1979, em plena transição do regime militar para a abertura política. Sua passagem pelo cargo foi breve, mas intensa, marcada por tensões internas e por uma postura claramente dissonante da ala mais dura do governo.

Foi de sua autoria uma frase que se tornou célebre em novembro de 1980, durante uma grave crise envolvendo greves universitárias e pressões políticas sobre o Ministério da Educação. Ao defender professores e adotar uma visão mais social da educação, Portella passou a enfrentar resistência direta de setores econômicos do governo, em especial do núcleo responsável pelo planejamento.

Foi nesse ambiente de desgaste e iminente demissão que ele fez questão de afirmar que não se definia pelo cargo que ocupava, ao proferir uma frase que sobreviveu ao seu cargo e acabou definindo, mais do que uma biografia oficial, o caráter de quem a pronunciou. Na ocasião ocupava o Ministério da Educação no governo João Figueiredo, e ao ser indagado se continuaria a ser ministro, afirmou de forma direta:

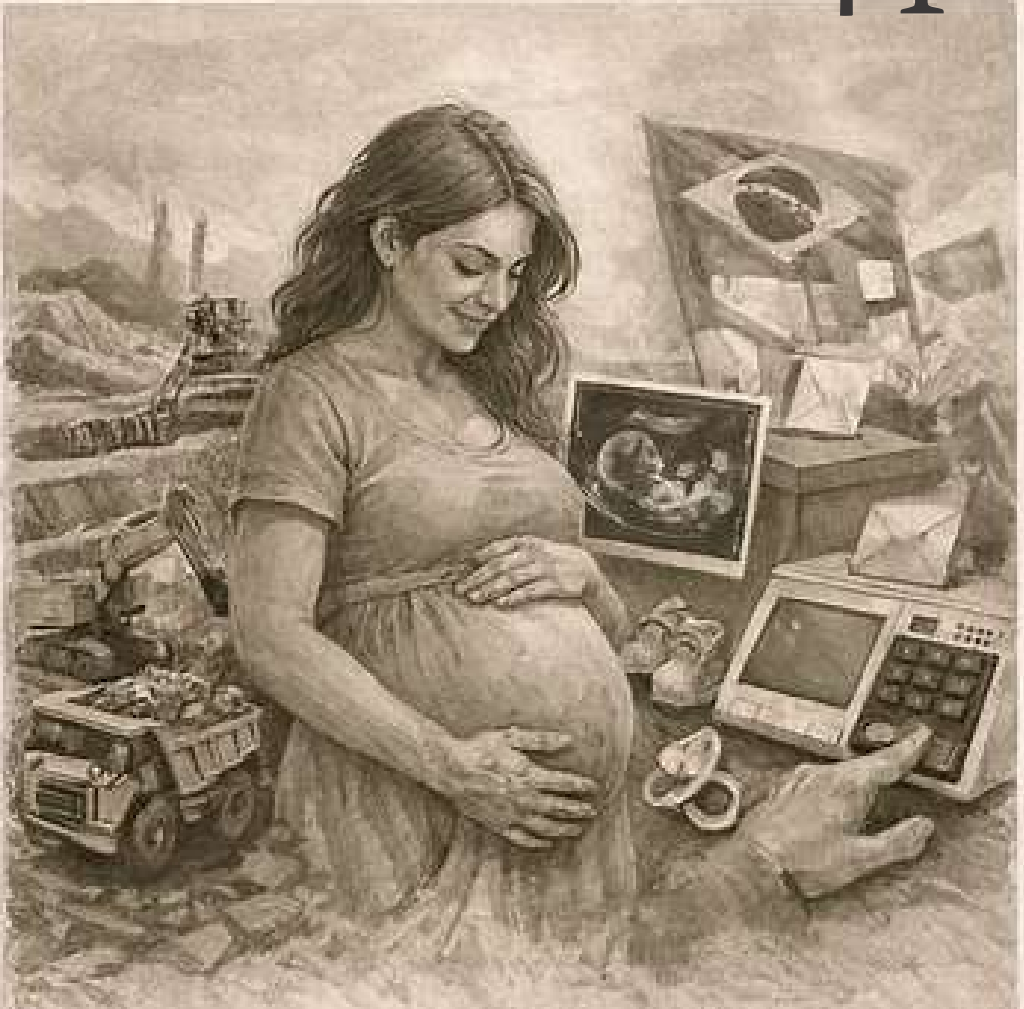
***“Eu não sou ministro, eu estou ministro.”***

Embora possa parecer simples, a afirmação carregava um significado profundo, sobretudo no contexto político em que foi proferida, pois o ministério era circunstancial, mas suas convicções, não.

Ao dizer que *estava* ministro, e não que *era* ministro, Portella demarcava um território ético raro, deixando claro que o exercício do poder não deveria exigir a renúncia ao pensamento crítico, nem a submissão automática à lógica política dominante. Sua identidade permanecia a de um intelectual comprometido com a educação, a cultura e a democracia, ainda que isso lhe custasse o cargo.

Não por acaso, foi substituído pouco tempo depois, enquanto a frase permaneceu, transformando-se em símbolo da relação tensa entre intelectuais e o poder institucional, lembrando que cargos são passageiros, mas princípios não deveriam ser. Curiosamente, anos mais tarde, já em outro momento histórico, a expressão foi evocada novamente pelo então ministro Cristovam Buarque, como lembrança da transitoriedade do poder e da responsabilidade ética de quem o exerce.

No fim das contas, Eduardo Portella saiu do ministério, mas não saiu da história. Sua breve passagem pelo governo deixou uma lição que atravessa gerações, pois exercer um cargo público não é fundir-se a ele, mas antes de tudo ocupá-lo com consciência de que o poder passa, enquanto as ideias, quando sustentadas com coerência, permanecem.



**A semelhança entre  
mineração, gestação e  
eleição**

## *41.A semelhança entre mineração, gestação e eleição*

Meu saudoso e querido pai, Desembargador Ayrton Maia, dedicou quase quarenta anos de sua vida à magistratura, tendo vivido inúmeras situações no exercício do cargo, mas nunca escondeu uma especial predileção pelo direito eleitoral. Talvez por ser uma área em que atuou de forma plena, ocupando praticamente todas as funções possíveis na justiça eleitoral mineira, desde juiz de primeira entrância até a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, nos anos de 1992 e 1993.

Ao longo desse período, acompanhou transformações profundas no processo eleitoral. Viveu o tempo das cédulas preenchidas à mão, da apuração lenta e ansiosa, quando os resultados demoravam dias para se consolidar, e também a transição para sistemas mais modernos de contagem, já próximos do modelo eletrônico, embora a urna eletrônica ainda viesse a surgir mais tarde. Foi justamente nessa fase de mudança que enfrentou um dos episódios mais delicados de sua carreira. Como presidente do TRE-MG, deparou-se com um grave problema no sistema de apuração, que indicava a possibilidade de superposição de nomes. Diante da gravidade da situação, tomou uma decisão firme e corajosa, determinando o cancelamento da contagem e o reinício de todo o processo, priorizando a lisura e a confiança no resultado eleitoral.

Meu pai gostava muito de contar histórias e, quando alguém lhe perguntava sobre política ou sobre os possíveis desdobramentos de uma campanha eleitoral, costumava responder com uma frase que se tornou quase um bordão:

***“Mineração, gestação e eleição só depois da apuração.”***

Com isso, ele sintetizava a ideia de incerteza que envolve esses três temas, em que qualquer prognóstico anterior costuma ser arriscado. Já em tempos mais recentes, fazia questão de explicar o sentido da comparação com a gestação, lembrando que houve uma época em que nem mesmo o sexo do bebê era conhecido antes do nascimento, simplesmente porque não existiam exames ou testes que o revelassem.

A partir daí, emendava com outra história saborosa, que atribuía a um médico de sua terra natal, Juiz de Fora, famoso por jamais errar o sexo das crianças que vinham ao mundo sob seus cuidados. O segredo era simples e engenhoso. Pouco antes do parto, o médico dizia com absoluta convicção aos pais qual seria o sexo do bebê, mas, na ficha médica, anotava justamente o sexo oposto, inclusive usando caneta. Quando a criança nascia, ele comemorava o acerto, mas se os pais estranhassem ou protestassem, ele mandava buscar a ficha e, com ar triunfante, mostrava que ali constava exatamente o sexo correto.

42



A definição de formalista

## *42. A definição de formalista*

A história que relato a seguir ocorreu no curso dos trabalhos de uma comissão de juristas que teve papel decisivo na modernização dos métodos extrajudiciais de solução de conflitos no Brasil. Trata-se da comissão instituída pelo Senado Federal, no final de 2012, com a missão de revisar a Lei de Arbitragem de 1996 e elaborar o anteprojeto da então inédita Lei de Mediação, esforços que culminaram na edição da Lei nº 13.129/2015 e da Lei nº 13.140/2015.

Presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão, a comissão reuniu 21 juristas de diferentes formações, origens e visões doutrinárias, contando ainda com o apoio institucional de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil. Tive a honra de integrar esse grupo, sendo o único representante de Minas Gerais entre seus membros, o que, para mim, sempre teve um significado especial.

Os trabalhos se estenderam por meses intensos de debates técnicos, audiências, estudos comparados e discussões conceituais profundas. O objetivo era fortalecer a arbitragem, ampliando seu alcance, inclusive para contratos com a administração pública, e introduzir de forma sistemática a mediação no ordenamento jurídico brasileiro, como instrumento de consensualidade capaz de enfrentar a morosidade do Judiciário e conferir maior segurança às relações contratuais.

Como era natural em um colegiado plural, surgiam divergências frequentes. De um lado, uma corrente mais formalista, preocupada com rigor técnico e segurança normativa. De outro, uma visão mais flexível e pragmática, voltada à efetividade dos métodos extrajudiciais e à

adaptação da lei à realidade dos conflitos. Esses embates, embora intensos, eram sempre conduzidos com equilíbrio e respeito, muito em razão da serenidade e da capacidade de conciliação do ministro Salomão, que presidia os trabalhos com firmeza e elegância.

Foi em uma dessas discussões, já adiantada a reunião e com os ânimos mais acalorados no plano das ideias, que ocorreu um episódio que se tornou memorável. Defensor convicto da corrente menos formalista no debate, um dos colegas buscou sintetizar sua posição com uma imagem tão simples quanto fulminante, disparando, em tom bem-humorado:

***“O formalista é aquela pessoa que é convidada para um churrasco, mas não come nada, pois só havia talheres de peixe.”***

A frase arrancou risos gerais e, mais do que isso, cumpriu seu papel. Em poucas palavras, traduziu um debate jurídico complexo em uma metáfora irresistível, típica daqueles momentos em que o humor revela, com precisão cirúrgica, o cerne da divergência. É desses episódios, aparentemente descontraídos, que a memória guarda com carinho, pois eles humanizam grandes processos legislativos e revelam que, mesmo nos debates mais técnicos, há espaço para inteligência, espírito e convivência respeitosa.

43



**Um aliado em cada  
quarteirão**

### *43. Um aliado em cada quarteirão*

No início da década de 1980, o Brasil já vivia claramente um ambiente de transição entre o regime militar e a gradual transferência do poder aos civis. Nesse contexto, os dois partidos então existentes, o PDS e o MDB, passaram a disputar a atenção dos jovens, conscientes de que o país caminhava para um período de intenso debate político, com a retomada das eleições diretas em praticamente todos os níveis e, em breve, até para a Presidência da República. Foi assim que surgiram o MDB Jovem e o PDS Jovem.

Em Minas Gerais, acabei sendo convidado por amigos a participar do PDS Jovem, ligado ao partido que dava sustentação ao regime militar e que tinha origem na antiga Arena. Mesmo ali, já era perceptível a existência de quadros mais liberais, sinceramente comprometidos com a transição política, um movimento se consolidaria em 1984, com a candidatura do então governador mineiro Tancredo Neves nas eleições indiretas, viabilizada justamente pelo apoio de setores dissidentes do próprio PDS, culminando na eleição de Tancredo e de José Sarney pelo Colégio Eleitoral.

Foi nesse ambiente que passei a vivenciar mais de perto a política partidária, sem qualquer pretensão de disputar cargos eletivos, mas com o genuíno desejo de participar da vida nacional. Cheguei a ocupar a secretaria-geral do movimento em Minas Gerais, o que me proporcionou contato frequente com dirigentes partidários, muitos deles parlamentares, que se reuniam regularmente com os jovens para trocar experiências e relatar suas trajetórias.

Em uma dessas ocasiões, convidamos o então deputado federal Christovam Chiaradia, presidente do PDS em Minas Gerais, para uma conversa com o grupo. Ele nos falou sobre episódios marcantes de sua vida política e, entre eles, contou uma visita que fez a Washington, integrando uma comitiva oficial, quando teve a oportunidade de conhecer o marqueteiro responsável pela campanha presidencial de John Fitzgerald Kennedy.

O que mais nos marcou foi uma frase que Chiaradia reproduziu desse profissional, apontado como um dos responsáveis pela vitória do candidato democrata, que dizia o seguinte:

***“Para vencer uma eleição, é necessário contar com um aliado em cada quarteirão da cidade.”***

A frase ficou profundamente gravada para mim, embora evidentemente, tratar-se de uma metáfora, pois não é necessário ter literalmente um cabo eleitoral em cada esquina, mas da compreensão de que o candidato precisa ocupar todos os espaços possíveis, tornar seu nome conhecido e levar suas ideias de forma ampla e capilarizada ao eleitorado.

Essa lição simples, direta e extremamente atual foi uma das muitas que aquele período inicial de vivência política me proporcionou e que, até hoje, costumo repetir como síntese da lógica de qualquer campanha bem-sucedida.



**Advogar em causa própria**

## 44. *Advogar em causa própria*

Falar da vetusta Casa de Afonso Pena é, para mim, inevitavelmente, revisitar uma época inesquecível de minha vida, cujas histórias marcaram minha passagem pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Aquele edifício carregado de simbolismo não foi apenas um espaço físico, mas um verdadeiro ambiente de formação intelectual, humana e ética. Entre tantas lembranças, algumas permanecem particularmente vivas, sobretudo as ligadas a certos mestres que deixaram marcas profundas.

Uma delas diz respeito às aulas do saudoso professor Desembargador Milton Fernandes, com quem tive sempre a melhor das relações e por quem nutri sincera admiração. Era um professor rigoroso, extremamente didático, organizado no pensamento e na exposição, que falava pausadamente, com clareza, e tinha o raro dom de manter a atenção da turma do início ao fim, mesmo ao tratar de temas técnicos e densos.

Em uma dessas aulas, ele discorria sobre a possibilidade de o advogado exercer o mandato em causa própria, isto é, atuar simultaneamente como parte e como patrono do processo. Explicava que a advocacia em causa própria é juridicamente possível e encontra respaldo no ordenamento, dispensando, inclusive, a outorga de mandato formal, já que o advogado fala em nome próprio. Ressaltava, contudo, que essa possibilidade deve ser vista com cautela. O advogado, ao atuar em benefício próprio, perde a indispensável distância crítica que normalmente mantém em relação ao cliente. Emoções, interesses pessoais e envolvimento direto com o conflito tendem a comprometer a

objetividade, a estratégia e, muitas vezes, a própria racionalidade jurídica da atuação.

Depois de percorrer com precisão os fundamentos legais e práticos do tema, com os alunos atentos e silenciosos, ele encerrava a exposição com uma frase que se tornou célebre entre nós:

***“Advogado que advoga em causa própria tem um imbecil como cliente e um idiota como advogado.”***

O impacto era imediato, cuja frase era provocativa e carregada de ironia, mas cumpria exatamente o papel pedagógico que ele pretendia. Mais do que um gracejo, era uma advertência memorável sobre os limites da razão humana quando se confunde o papel técnico com o interesse pessoal. Era a síntese perfeita da inteligência, da astúcia e da lucidez de um grande jurista, capaz de transformar uma lição técnica em algo que nenhum aluno jamais esqueceria.

Essas eram as aulas na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na histórica Casa de Afonso Pena, pois, mais do que conteúdo, aprendíamos visão crítica, prudência e, sobretudo, respeito pela profissão. E muito disso se deve justamente a estes grandes mestres, cuja memória permanece viva não apenas pelo que ensinou, mas pela forma brilhante e inesquecível com que ensinava.

45



**A certeza da maternidade**

## *45. A certeza da maternidade*

Ainda falando da nossa Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, são muitos os casos e as histórias que tivemos a oportunidade de acompanhar ou, ao menos, de conhecer. Desta vez, lembro-me de um ramo do direito que sempre causava impacto especial nos alunos, o Direito de Família, talvez porque ele trate de questões que atravessam o cotidiano humano e que, em regra, ainda não fazem parte da experiência de vida da maioria dos jovens que ingressam na faculdade. Conflitos familiares, dúvidas sobre filiação, rupturas conjugais e dramas pessoais são temas que, mais cedo ou mais tarde, todos acabam encontrando na vida profissional.

Essas reflexões vinham à tona, de maneira muito particular, nas aulas do saudoso professor Wilson de Oliveira, figura marcante da nossa formação. Suas aulas giravam em torno das relações entre marido e mulher, da paternidade, da separação, do divórcio, do casamento e também dos concubinatos, temas que ele tratava com profundidade jurídica, mas sempre com forte sensibilidade humana. Quando chegava o momento de abordar a investigação de paternidade, ele costumava iniciar a aula com uma frase que jamais esquecemos:

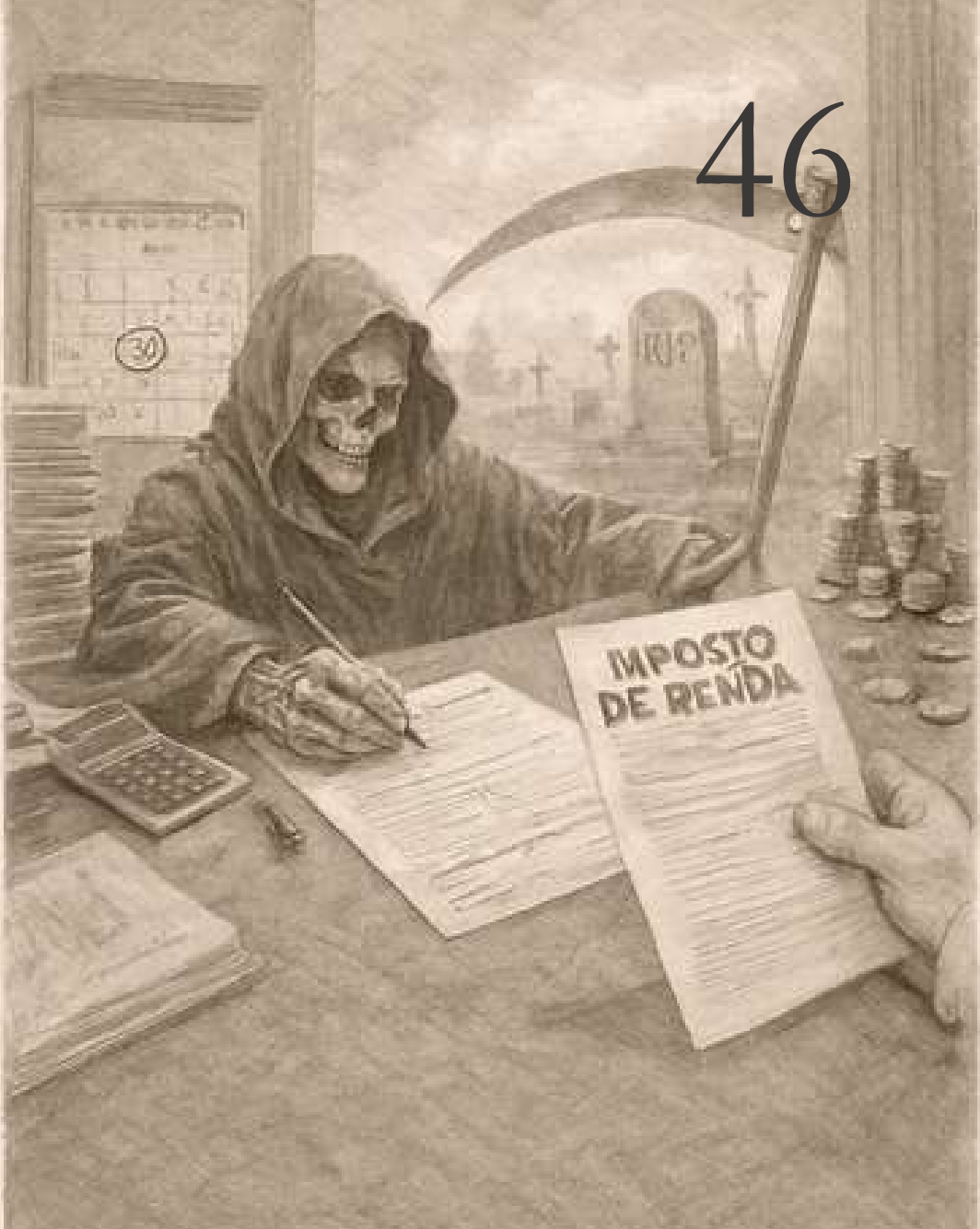
***“A primeira coisa que vocês devem entender no Direito de Família é que a maternidade é uma certeza, e a paternidade, uma presunção.”***

Com essa afirmação, o mestre sintetizava uma verdade simples e poderosa, pois a maternidade, como regra, é evidenciada pelo fato biológico do parto, pelo ventre que dá à luz, algo praticamente

incontestável, salvo raríssimas situações de fraude, que em geral acabam sendo descobertas. Já a paternidade, diferentemente, nem sempre se apresenta de forma clara, podendo decorrer de uma relação estável, ocasional ou até fortuita. Em muitos casos, aquele que gerou a criança se afasta, desaparece ou simplesmente nega o vínculo, abrindo espaço para dúvidas, conflitos e, não raro, longas batalhas judiciais.

O professor explicava que a investigação de paternidade representa, muitas vezes, uma busca tardia do filho por sua identidade, que pode ocorrer anos ou até décadas depois do nascimento. Quando finalmente surge um pai presumido, inicia-se um caminho judicial complexo, carregado de expectativas, frustrações e consequências emocionais profundas para todos os envolvidos.

Essas aulas, ministradas na histórica Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, a vetusta Casa de Afonso Pena, iam muito além da letra fria da lei. Elas nos preparavam para compreender que, no Direito de Família, cada processo carrega uma história de vida, e que o jurista precisa lidar não apenas com normas, mas com pessoas, sentimentos e destinos, lições aprendidas com mestres como Wilson de Oliveira, cuja lucidez e sensibilidade continuam presentes na memória de quem teve o privilégio de ouvi-lo.



**A morte e os impostos**

## 46. *A morte e os impostos*

Ao concluir o curso de Engenharia Civil, iniciei imediatamente uma pós-graduação em Engenharia Econômica na Fundação Dom Cabral. O currículo era amplo e instigante, reunindo disciplinas de economia, administração, planejamento, finanças e direito, formando uma base sólida para quem pretendia atuar na gestão e na tomada de decisões estratégicas.

Entre as cadeiras jurídicas, havia o Direito Tributário, ministrada pelo saudoso professor José Luís de Gouveia Rios, renomado tributarista mineiro. Sua proposta era clara, não se propunha formar especialistas, mas oferecer aos alunos as noções essenciais de um ramo do direito complexo, técnico e absolutamente decisivo para a vida dos gestores e das empresas.

Logo no primeiro dia de aula, após discorrer sobre a relevância do Direito Tributário e seu impacto direto na atividade econômica, ele interrompia a exposição com uma frase simples e definitiva, que se tornaria um bordão inesquecível daquela fase acadêmica:

***“A única coisa inevitável na vida são a morte e os impostos.”***

Com essa afirmação, o professor deixava claro que o desconhecimento das exigências legais em matéria tributária não era uma opção neutra. Ignorar o sistema fiscal, suas regras, limites e consequências, poderia trazer resultados graves para qualquer empreendimento, comprometendo projetos, investimentos e até a

própria sobrevivência empresarial. Era uma advertência direta, sem dramatizações, mas carregada de realismo.

Aquelas aulas, como tantas outras vividas na Fundação Dom Cabral, marcaram profundamente minha formação, pois foram tempos de intenso aprendizado, não apenas pelo conteúdo técnico, mas sobretudo pelo convívio com professores do mais alto nível, que sabiam transmitir conhecimento com clareza, experiência prática e inteligência. Guardo dessa época uma memória saudosa, feita de boas lições, bons mestres e fundamentos que me acompanharam ao longo de toda a vida profissional.

47



**A sina do sogro rico**

## 47. *A sina do sogro rico*

Entre as muitas conversas que circulavam entre nós, jovens, havia sempre aquelas sobre segundas intenções de alguns conhecidos, nossos, que, não raro, paqueravam ou namoravam moças de famílias abastadas movidos menos por afeto e mais por interesse. No jargão da época, dizia-se sem rodeios, que eram autênticos caça-dotes, ou seja, alguém que estava disposto a tentar o famoso “golpe do baú”.

Esses comentários quase sempre vinham acompanhados de exemplos e histórias, reais ou supostamente reais, de pessoas que estariam claramente focadas em obter vantagens sobre o patrimônio do pai da pretendida noiva. Em uma dessas rodas de conversa, discutia-se abertamente o caso de alguém que parecia enxergar o casamento como um atalho para futuros benefícios econômicos.

Foi então que um amigo muito espirituoso, vindo do interior, arrematou o assunto com uma frase que caiu como uma bomba e, ao mesmo tempo, provocou gargalhadas gerais:

***“Na minha terra, sogro rico e porco gordo só têm valor depois de morto.”***

A observação era jocosa e até pesada, mas carregava uma dose incômoda de verdade. Se alguém estivesse realmente movido por interesse patrimonial, dificilmente obteria qualquer vantagem imediata, pois essa só viria, em tese, com a morte do sogro, quando a herança fosse partilhada e o cônjuge passasse a receber o seu quinhão. Só então surgiria a possibilidade de usufruir, dividir ou, como muitos diriam sem pudor, finalmente poder ganhar alguma parcela daquela herança.



**A conta dividida entre  
os três amigos**

## *48. A conta dividida entre os três amigos*

Outro amigo muito querido, dono de uma ironia fina e de um humor sempre elegante, é o Ricardo Almeida. Extremamente espirituoso, ele tem o raro talento de emendar uma história na outra, quase sempre com tiradas inesperadas e irresistíveis. Nas nossas confrarias, não é incomum que acabe sendo advertido, em tom meio sério, meio divertido, pelo rigor do nosso professor Márcio Oliveira, curador da confraria, que se dedica com afinco às aulas e explicações sobre vinhos e tenta, bravamente, manter a ordem acadêmica do encontro.

O Ricardo, porém, nunca perde a oportunidade, pois invariavelmente tem uma história na ponta da língua, quase sempre relacionada a algum tema que esteja circulando na mesa ou no momento. Uma delas é particularmente engraçada e resume bem seu estilo.

Conta ele que estava almoçando com dois amigos em um restaurante, quando, ao final, pediram a conta. Assim que ela chegou, um dos três foi logo avisando, com firmeza: “Hoje quem paga a conta sou eu.”

Imediatamente, o outro reagiu: “De jeito nenhum. Essa conta tem que ser dividida entre nós três.”

Sem alterar o tom, sem perder a pose e em alto e bom som, Ricardo se virou para os dois e disparou:

***“Por três, não, por dois, pois eu já estava fora desse rateio.”***

A mesa veio abaixo em gargalhadas, pois a ironia era perfeita, seca e absolutamente inesperada, mas é claro que tudo não passava de uma das muitas brincadeiras que ele está acostumado a fazer. Com a cordialidade e a gentileza que lhe são próprias, Ricardo logo emendou que estava só provocando e sugeriu, ele mesmo, que a conta fosse dividida de forma justa. No fim, os três concordaram em rachar tudo igualmente, da maneira mais democrática possível, levando para casa, além do almoço, mais uma boa história para contar.



**Churchill e o álcool**

## 49. *Churchill e o álcool*

Antes de ser um personagem da história, Winston Churchill foi a própria voz de um país acuado. Durante os anos mais sombrios da Segunda Guerra Mundial, quando a Inglaterra enfrentava bombardeios diários, isolamento internacional e a ameaça real de invasão, foi ele quem sustentou algo que não se mede em armas ou tropas, elevando a moral de uma nação. Churchill compreendeu cedo que guerras também se vencem com palavras, e assim foram seus discursos, não prometiam facilidades, mas ofereciam coragem, não escondia o sacrifício, mas dava sentido a ele, mesmo vendo as cidades arderem e o futuro se mostrando mais incerto, foi sua sagacidade, seu humor ácido e sua convicção inabalável que mantiveram o espírito britânico de pé.

Quando completou 90 anos, em 30 de novembro de 1964, Winston Churchill já não era apenas o símbolo da resistência inglesa, mas tornara-se um enigma biológico. Havia sobrevivido a duas guerras mundiais, a acidentes graves, a longos períodos de depressão e a derrotas políticas humilhantes, mas também sobrevivera a uma rotina diária de uma vida desregrada que teria derrubado qualquer outro homem muito antes.

Seus dias começavam com um copo de uísque assim que abria os olhos, e logo em seguida vinha outro antes do café da manhã. Ao meio-dia, era o momento de sorver o champanhe, à tarde, mais uísque, e quando chegava à noite, conhaque. Tudo isso envolto por uma nuvem constante de fumaça, pois degustava cerca de dez charutos cubanos por dia, religiosamente acesos. Os médicos não compreendiam como aquele corpo ainda funcionava, mas ele, por sua vez, parecia pouco interessado

em explicações científicas, limitando-se a dizer, com a ironia que nunca abandonou:

***“Tirei mais do álcool do que o álcool tirou de mim.”***

Churchill trabalhava na cama, onde ditava discursos, revisava livros, escrevia cartas e planejava estratégias militares, cercado por papéis, copos e cinzeiros. Seu corpo era uma contradição ambulante, pois se mostrava pesado, cansado, muitas vezes abatido por fora, mas incansável, obstinado e ferozmente lúcido por dentro. Não parecia viver para preservar a saúde, mas se mantinha vivo cumprir uma tarefa.

Talvez tenha sido isso que o manteve de pé por tanto tempo, não a bebida, nem os charutos, mas a convicção profunda de que ainda não havia terminado o que precisava fazer. Como se soubesse, em algum lugar silencioso de si mesmo, que não lhe era permitido partir antes de deixar tudo dito, tudo escrito, tudo enfrentado.

Morreu um ano depois, em 1965, se mostrando velho e cansado, mas inteiro, deixando um legado que desafiou tanto a história quanto a ciência. Um homem que ensinou ao mundo que a resistência não nasce da perfeição, mas da coragem de seguir em frente mesmo carregando excessos, fragilidades e contradições, pois Churchill nunca foi exemplo de moderação, mas um exemplo de permanência, que, em tempos sombrios, fez toda a diferença.

50



**A vantagem da velhice**

## 50. *A vantagem da velhice*

Um dos grandes homens públicos que o Brasil produziu foi o engenheiro João Camilo Pena. Nunca buscou holofotes e talvez por isso não tenha sido tão celebrado quanto outros de sua geração. Ainda assim, sua trajetória foi marcada por rara coerência entre pensamento, ação e valores pessoais, aliando competência técnica, senso público e profunda discrição.

Dr. João vinha de uma família tradicionalmente ligada à vida pública brasileira. Formou-se engenheiro civil pela Escola de Engenharia da então Universidade de Minas Gerais e construiu sua carreira em áreas estratégicas do país, notadamente no setor elétrico. Teve atuação destacada na Cemig, onde participou de importantes obras de infraestrutura e, mais tarde, exerceu a presidência da companhia, período em que se notabilizou pela seriedade administrativa e pelo impulso dado à eletrificação rural, contribuindo para o desenvolvimento do interior de Minas Gerais.

Sua atuação pública estendeu-se a outras funções relevantes, como de Secretário da Fazenda de Minas Gerais e de Ministro da Indústria e Comércio, cargos exercidos em momentos particularmente complexos da economia brasileira. Em todas essas passagens, manteve postura técnica, independência intelectual e firme compromisso com o interesse público, características que o acompanharam ao longo de toda a vida.

Também presidiu Furnas Centrais Elétricas e integrou conselhos de importantes instituições públicas e privadas, mantendo-se intelectualmente ativo e respeitado mesmo após deixar os cargos

executivos. Publicou estudos e reflexões sobre energia e desenvolvimento, sempre com visão de longo prazo e espírito crítico.

Foi em sua fase mais madura que se fortaleceu a amizade com meu pai, Desembargador Ayrton Maia, especialmente a partir da criação da primeira Comissão de Ética Pública do Estado de Minas Gerais, eu e meu pai presidia e ele era um dos integrantes, contribuindo com equilíbrio, experiência e retidão moral. Dessa convivência nasceu uma amizade sincera, marcada por respeito mútuo e afinidade intelectual.

Após o falecimento de meu pai, mantive com João Camilo Pena uma relação próxima e generosa por cerca de quinze anos. Telefonava com frequência para conversas tranquilas e sempre lúcidas, diálogos simples que guardo com especial carinho. Em uma dessas coincidências da vida, tive ainda a satisfação de participar da decisão que lhe concedeu, em caráter reservado, a maior homenagem da Sociedade Mineira de Engenheiros, a Medalha Engenheiro do Ano, reconhecimento que ele relutava em aceitar, fiel à sua natureza discreta.

Já sentindo o peso do tempo, costumava repetir para mim uma frase que sintetizava sua lucidez e serenidade diante da vida, com fina ironia:

***“A única vantagem da velhice é que ela é curta”.***

Fica, assim, a lembrança saudosa de um homem íntegro, simples e profundamente humano, cuja presença deixou marcas silenciosas, porém duradouras, em todos que com ele conviveram.